

# SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS

## CÓDIGOS FISCAIS E OUTRA LEGISLAÇÃO FUNDAMENTAL



Índice geral

Índice cronológico

Índice sistemático em cada diploma

- 1 - Princípios, Procedimentos e Contencioso Tributários
  - 1.1 - Constituição da República Portuguesa (CRP)
  - 1.2 - Lei Geral Tributária (LGT)
  - 1.3 - Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT)
  - 1.4 - Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT)
  - 1.5 - Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira (RCPITA)
  - 1.6 - Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária (RJAT)
  - 1.7 - Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF)
- 2 - Impostos sobre o Rendimento
  - 2.1 - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS)
  - 2.2 - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC)
- 3 - Impostos sobre o Consumo
  - 3.1 - Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA)
  - 3.2 - Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI)
  - 3.3 - Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC)
- 4 - Impostos sobre o Património e outros
  - 4.1 - Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis (CIMI)
  - 4.2 - Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT)
  - 4.3 - Código do Imposto do Selo e Tabela Geral (CISelo e TGISelo)
  - 4.4 - Código do Imposto sobre Veículos (CISV)
  - 4.5 - Código do Imposto Único de Circulação (CIUC)
  - 4.6 - Regulamentos das Contribuições Especiais (RCE)
  - 4.7 - Imposto Especial de Jogo (IEJ)  
e Imposto Especial de Jogo *Online* (IEJO)
  - 4.8 - Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário
  - 4.9 - Regime da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético
  - 4.10 - Regime da Contribuição Extraordinária sobre a Indústria Farmacêutica
  - 4.11 - Reforma da Fiscalidade Verde, Incentivo pela Introdução no Consumo de Veículo de Baixas Emissões e Contribuição sobre os Sacos de Plástico Leves
- 5 - Estatuto dos Benefícios Fiscais e outros
  - 5.1 - Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF)
  - 5.2 - Código Fiscal do Investimento (CFI)
- 6 - Regiões Autónomas e Autarquias Locais
  - 6.1 - Lei das Finanças das Regiões Autónomas
  - 6.2 - Adaptação do Sistema Fiscal Nacional à R. A. dos Açores
  - 6.3 - Adaptação do Sistema Fiscal Nacional à R. A. da Madeira
  - 6.4 - Regime Financeiro das Autarquias Locais, taxas de Derrama, participação variável no IRS e taxas de IMI por município
- 7 - Legislação Complementar

Compilação organizada por  
**José Manuel Martins Marreiros**

## JOSÉ MANUEL MARTINS MARREIROS

Especialista em Fiscalidade reconhecido pelo ISCAL/IPL, mestrado em Gestão de Empresas com especialização em Auditoria Contabilística, Económica e Financeira pela UAL (parte escolar), pós-graduação em Fiscalidade pelo ISG, licenciatura em Economia pela ULHT e licenciatura em Contabilidade e Administração com especialização em Auditoria pelo ISCAL. Frequentou o curso e obteve a certificação de aptidão pedagógica de formador (CAP) pelo IEFP.

Economista assessor principal do quadro de pessoal técnico superior da inspeção da Autoridade Tributária e Aduaneira, exerce funções na área da justiça tributária, em matérias de direito fiscal internacional no que respeita à aplicação das convenções para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal, conjugadas com as diretivas da União Europeia relativas à fiscalidade. Anteriormente exerceu funções na Unidade dos Grandes Contribuintes e, em comissão de serviço, na Direção de Serviços de Investigação da Fraude e de Ações Especiais.

Docente do ensino superior, em regime de acumulação e a tempo parcial, leciona no ISCAL as unidades curriculares de *Direito Fiscal Internacional* e *Gestão Fiscal Internacional* e no ISGB as de *Fiscalidade* e *Fiscalidade dos Produtos Bancários e Financeiros*.

Foi assessor do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais no XVII Governo Constitucional.

Na ex-Direção-Geral dos Impostos exerceu, entre outras, as funções de chefe da Divisão de Administração do IRS, formador do Centro de Formação, coordenador da troca de informação na área das relações fiscais internacionais, membro do gabinete de apoio jurídico-económico, membro do núcleo de auditoria interna e controlo de qualidade, vogal nas comissões de revisão da matéria tributável, chefe de equipas de inspeção tributária, inspetor tributário, perito de fiscalização e liquidador tributário.

Livros publicados:

- *Sistema Fiscal Português - Códigos Fiscais e outra Legislação Fundamental*, sete edições de 2013 a 2019, Áreas Editora;

Em coautoria

- *Manual de Fiscalidade*, edições anuais do ISGB/APB para uso exclusivo dos alunos;
- *Manual de Fiscalidade dos Produtos Bancários e Financeiros*, edições anuais do ISGB/APB para uso exclusivo dos alunos;
- *Sistema Fiscal Português - Códigos Fiscais e outra Legislação Fundamental*, oito edições de 2005 a 2012, Áreas Editora;
- *Exercícios Práticos Resolvidos de IVA*, três edições de 2000 a 2005 e reimpressão em 2007, Vislis Editores e Áreas Editora;
- *Exercícios Práticos Resolvidos de IRS*, edição de 2001, Vislis Editores;
- *Impostos sobre o Rendimento (IRS-IRC-EBF)*, oito edições de 1998 a 2004, Vislis Editores e Áreas Editora;
- *Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA-RITI)*, oito edições de 1997 a 2004, Vislis Editores e Áreas Editora.



## NOTA PRÉVIA

O presente livro foi elaborado de modo a compilar num só volume a legislação dos impostos que constituem o sistema fiscal português.

Tem como destinatários os profissionais, professores e estudantes do ramo do direito fiscal, apresentando-se com uma organização e um formato que permitem o seu fácil manuseamento.

Está dividido em sete pontos: Princípios, procedimentos e contenciosos tributários [1], Impostos sobre o rendimento [2], Impostos sobre o consumo [3], Impostos sobre o património e outros considerados híbridos [4], Estatuto dos benefícios fiscais e outros [5], Regiões autónomas e autarquias locais [6] e Legislação complementar inserida por ordem cronológica [7]. Outra legislação complementar, quadros resumo e fórmulas de cálculo encontram-se inseridos em notas a artigos de diversos diplomas por motivo de ordem prática, nomeadamente, a sua relação direta com o assunto do artigo em causa, a sua especificidade e a consulta em simultâneo.

Contém um índice geral e um índice cronológico, bem como um índice sistemático no início de cada diploma, para resumir o seu conteúdo e facilitar a consulta.

Na elaboração do livro foram ainda considerados os seguintes critérios:

- As normas alteradas, em regra, referenciam-se com menção do respetivo diploma e, relativamente às mais recentes, transcreve-se a redação anterior ou a expressão objeto de alteração;
- No caso de republicação de diplomas, por razões de ordem prática, apenas se faz menção às normas alteradas subsequentemente à republicação;
- No caso de diplomas com renumeração do articulado, todas as remissões para preceitos na redação anterior consideram-se efetuadas para as disposições correspondentes na nova redação, pelo que, com o intuito de facilitar a perceção dessa correspondência, junto de cada norma remissiva indica-se o artigo novo com a expressão “(atual \_\_)”;
- Nos artigos de alguns diplomas optou-se por criar epígrafes em *italico*, não contidas nos textos legais, nos casos em que se considera fundamental a identificação do conteúdo;
- Nas notas em que se referenciam diplomas incluídos no presente livro, indica-se com o símbolo “[\_\_]” o ponto onde estão inseridos e com “p. \_\_” a respetiva página;
- Nas notas em que se referenciam diplomas não incluídos, indica-se o sítio da Internet onde se encontram disponíveis, nomeadamente os que aprovam modelos de declarações fiscais “(disponíveis em [www.portaldasfinancas.gov.pt](http://www.portaldasfinancas.gov.pt))”;
- É utilizada a grafia do novo Acordo Ortográfico nos títulos, notas do autor e legislação publicada a partir de 01/01/2012, mantendo-se a legislação publicada até 31/12/2011 com a grafia anterior ao referido Acordo.

Na sequência da criação da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) em resultado da fusão da Direção-Geral dos Impostos (DGCI), Direção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) e Direção-Geral de Informática Tributária e Aduaneira (DGITA), a partir de 01/01/2012, quaisquer referências feitas em leis ou documentos às extintas direções-gerais consideram-se como efetuadas à AT.

A 15.ª edição encontra-se atualizada a fevereiro de 2019, incluindo as alterações decorrentes do Orçamento do Estado para 2019 e demais legislação publicada desde a saída da 14.ª edição em fevereiro do ano anterior até à presente data, nomeadamente:

- Alteração e republicação da Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais;
- Alteração dos critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deva ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes;
- Definição do conceito de setor tecnológico para efeitos do incentivo fiscal à aquisição de participações sociais pelos trabalhadores previsto no EBF;
- Estabelecimento de um prazo mínimo de antecedência para disponibilização no Portal das Finanças de formulários digitais, alterando a LGT;

- Criação do Fundo de Apoio ao Turismo e ao Cinema, alterando o CIRC e o EBF;
- Prorrogação da vigência de determinados benefícios fiscais, alterando o EBF;
- Alteração e republicação do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, alterando também o CIMI;
- Criação de equipas de magistrados para recuperação de pendências na jurisdição administrativa e tributária e outras medidas acessórias de caráter extraordinário (desistência do pedido com isenção de custas, revisão oficiosa pela AT, “migração” de processos para a arbitragem tributária);
- Regime especial de determinação da matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações, regime fiscal e contributivo aplicável aos tripulantes e registo de navios e embarcações simplificado;
- Limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em IRC relativamente a empresas do setor bancário;
- Alterações pelo Orçamento da R.A. da Madeira para 2019;
- Alterações pelo Orçamento da R.A. dos Açores para 2019;
- Atualização de dados necessários à aplicação da lei fiscal, nomeadamente, taxa de juros de mora, valor da unidade de conta processual, percentagem dos rendimentos brutos da categoria A auferidos pelo desempenho no estrangeiro de funções ou comissões de caráter público ao serviço do Estado Português não sujeita a IRS para cada país, valor da retribuição mínima mensal garantida, valor do indexante de apoios sociais, valor da pensão mínima do regime geral, coeficientes de desvalorização da moeda, valor médio de construção por m<sup>2</sup>, taxas de derrama municipal, percentagens de participação variável no IRS e taxas de IMI por município;
- Aprovação e alteração de modelos declarativos de diversos impostos;
- Universo dos sujeitos passivos abrangidos pela declaração automática modelo 3 do IRS;
- Alteração do CIRS e criação de condições de acesso a incentivos fiscais em programas de construção de habitação para renda acessível;
- Direito a juros indemnizatórios em caso de pagamento indevido de prestações tributárias fundado em normas inconstitucionais ou ilegais, alterando a LGT;
- Regime de comunicação obrigatória de informações financeiras, alterando o RGIT e o RCPITA;
- Tabelas de retenção na fonte de IRS para 2019 (Continente, Açores e Madeira);
- Atualização da tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação;
- Regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes bem como das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA, alterando o CIVA, o CIRS, o CIRC e diversos diplomas da Legislação Complementar.

Sempre que ocorram alterações legislativas serão elaboradas atualizações (com indicação das páginas do livro onde devem ser inseridas), a disponibilizar para consulta e impressão até à próxima edição no sítio [www.areaseditora.pt](http://www.areaseditora.pt).

Importa referir que as notas, quadros resumo, fórmulas de cálculo, epígrafes em artigos de diplomas cujos textos legais não as preveem e outras inovações, apresentados em caracteres diferenciadores – *italico* – e que não sejam a transcrição de diplomas legais ou de instruções divulgadas, são da autoria e inteira responsabilidade do autor, podendo o seu conteúdo não coincidir com a posição oficial, pelo que não dispensam a leitura dos diplomas originais.

O rigor colocado na elaboração deste livro não invalida que possa conter eventuais gralhas ou incorreções. Agradece-se, desde já, a amabilidade de nos enviar críticas e sugestões, podendo fazê-lo para o endereço [josemarreiros.sfp@gmail.com](mailto:josemarreiros.sfp@gmail.com).

Lisboa, 28 de fevereiro de 2019

# ÍNDICE GERAL (\*)

	Página	Página
ÍNDICE CRONOLÓGICO .....	14	
<b>1 – PRINCÍPIOS, PROCEDIMENTOS E CONTENCIOSO TRIBUTÁRIOS</b>		
<b>1.1 – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (CRP)</b> <i>(Artigos relacionados com o sistema fiscal)</i>		
– Decreto de 10 de abril de 1976 .....	25	
<b>1.2 – LEI GERAL TRIBUTÁRIA (LGT)</b>		
– Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro .....	33	
<b>1.3 – CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO (CPPT)</b>		
– Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro .....	61	
<b>1.4 – REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS (RGIT)</b>		
– Lei n.º 15/2001, de 5 de junho .....	109	
<b>1.5 – REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (RCPITA)</b>		
– Decreto-Lei n.º 413/98, de 31 de dezembro .....	131	
<b>1.6 – REGIME JURÍDICO DA ARBITRAGEM EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA (RJAT)</b>		
– Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de janeiro .....	142	
<b>1.7 – ESTATUTO DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS (ETAF)</b>		
– Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro .....	149	
<b>2 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO</b>		
<b>2.1 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (CIRS)</b>		
– Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro .....	163	
– Lei n.º 82-E/2014, de 31 de dezembro ( <i>Reforma da tributação das pessoas singulares</i> ) .....	166	
<b>2.2 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS (CIRC)</b>		
– Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro .....	227	
– Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho .....	230	
– Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro ( <i>Reforma da tributação das sociedades</i> ) .....	231	
<b>3 – IMPOSTOS SOBRE O CONSUMO</b>		
<b>3.1 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (CIVA)</b>		
– Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro .....	295	
<b>3.2 – REGIME DO IVA NAS TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS (RITI)</b>		
– Decreto-Lei n.º 290/92, de 28 de dezembro .....	343	
<b>3.3 – CÓDIGO DOS IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO (CIEC)</b>		
– Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho .....	353	
<b>4 – IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÓNIO E OUTROS</b>		
<b>4.1 – CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI)</b>		
– Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro .....	385	
<b>4.2 – CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (CIMT)</b>		
– Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro .....	419	
<b>4.3 – CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO E TABELA GERAL (CISelo e TGISelo)</b>		
– Lei n.º 150/99, de 11 de setembro .....	431	
<b>4.4 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS (CISV)</b>		
– Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho .....	449	
<b>4.5 – CÓDIGO DO IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO (CIUC)</b>		
– Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho .....	468	
<b>4.6 – REGULAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS</b>		
<b>4.6.1 – Regulamento da contribuição especial devida pela valorização de imóveis decorrente da construção da nova ponte sobre o Tejo (RCE)</b>		
– Decreto-Lei n.º 51/95, de 20 de março .....	476	
<b>4.6.2 – Regulamento da contribuição especial devida pela valorização de imóveis beneficiados com a realização da Expo 98 (RCE)</b>		
– Decreto-Lei n.º 54/95, de 22 de março .....	479	
<b>4.6.3 – Regulamento da contribuição especial devida pela valorização de imóveis beneficiados com a realização da CRIL, CREL, CRIP, CREP, travessia ferroviária do Tejo, troços ferroviários complementares, extensões do metropolitano de Lisboa e outros investimentos (RCE)</b>		
– Decreto-Lei n.º 43/98, de 3 de março .....	482	
<b>4.7 – IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO (IEJ) E IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO ONLINE (IEJO)</b>		
<b>4.7.1 – IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO (IEJ)</b>		
– Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de dezembro Lei do Jogo ( <i>Artigos relacionados com o sistema fiscal – IEJ</i> ) .....	486	
– Decreto-Lei n.º 68/2015, de 29 de abril		
Regime jurídico da exploração e prática das apostas hípcas mútuas de base territorial ( <i>Artigos relacionados com o sistema fiscal – IEJ</i> ) .....	490	
<b>4.7.2 – IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO ONLINE (IEJO)</b>		
– Decreto-Lei n.º 66/2015, de 29 de abril – Regime jurídico dos jogos e apostas online ( <i>Artigos relacionados com o sistema fiscal – IEJO</i> ) .....	492	
<b>4.8 – REGIME DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE O SETOR BANCÁRIO</b>		
– Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro – Art. 141º .....	497	
<b>4.9 – REGIME DA CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO</b>		
– Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Art. 228º .....	500	
<b>4.10 – REGIME DA CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA</b>		
– Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro – Art. 168º .....	507	
<b>4.11 – REFORMA DA FISCALIDADE VERDE, INCENTIVO PELA INTRODUÇÃO NO CONSUMO DE VEÍCULOS DE BAIXAS EMISSÕES E CONTRIBUIÇÃO SOBRE OS SACOS DE PLÁSTICO LEVES</b>		
– Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro .....	508	
<b>5 – ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E OUTROS</b>		
<b>5.1 – ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (EBF)</b>		
– Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho .....	515	
<b>5.2 – CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO (CFI)</b>		
– Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro .....	557	
– Regulamentação: Portarias n.ºs 282/2014, de 30/12, 94/2015, de 23/03, e 297/2015, de 21/09 .....	568/570	
<b>6 – REGIÕES AUTÓNOMAS E AUTARQUIAS LOCAIS</b>		
<b>6.1 – LEI DAS FINANÇAS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS</b> <i>(Artigos relacionados com o sistema fiscal)</i>		
– Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro .....	573	
<b>6.2 – ADAPTAÇÃO DO SISTEMA FISCAL NACIONAL À REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES</b>		
<b>6.2.1 – Taxas de IRS, IRC, IVA e IEC, deduções à coleta e benefícios fiscais na R. A. dos Açores – Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro ...</b>	578	

(\*) *Junto a cada diploma encontra-se o seu índice sistemático.*

Página	Página
6.2.2 – Derrama regional na R. A. dos Açores – Decreto Legislativo Regional nº 21/2016/A, de 17 de outubro ..... 581	Regulamentação da cobrança e reembolsos de IRS e IRC – Decreto-Lei nº 492/88, de 30 de dezembro ..... 623
6.2.3 – Regulamentação dos benefícios fiscais contratuais na R. A. dos Açores – Decreto Regulamentar Regional nº 9/2014/A, de 27 de junho ..... 583	Isenção de IVA na importação definitiva de determinados bens – Decreto-Lei nº 31/89, de 25 de janeiro ..... 629
<b>6.3 – ADAPTAÇÃO DO SISTEMA FISCAL NACIONAL À REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA</b>	Isenção/restituição do IVA à Igreja Católica, outras igrejas e comunidades religiosas – Decreto-Lei nº 20/90, de 13 de janeiro ..... 637
6.3.1 – Taxas de IRS na R.A. da Madeira – Decreto Legislativo Regional nº 3/2001/M, de 22 de fevereiro ..... 587	Microfilmagem de documentos para efeitos fiscais (Regulamentação do nº 6 do art. 123º, do CIRC) – Portaria nº 118/90, de 15 de fevereiro (Revogada) ..... 639
6.3.2 – Taxas de IRC na R.A. da Madeira e Derrama Regional – Decreto Legislativo Regional nº 2/2001/M, de 20 de fevereiro ..... 588 – Decreto Legislativo Regional nº 14/2010/M, de 5 de agosto ..... 590	Sistemas de faturação e arquivo de informação – Decreto-Lei nº 198/90, de 19 de junho – Art. 5º (Revogado) ..... 640
6.3.3 – Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário na R.A. da Madeira – Decreto Legislativo Regional nº 2/2011/M, de 10 de janeiro ..... 591	Isenção de IVA nas vendas efetuadas a exportadores nacionais (Trading) – Decreto-Lei nº 198/90, de 19 de junho – Art. 6º ..... 641
6.3.4 – Código Fiscal do Investimento na R.A. da Madeira (CFI-RAM) – Decreto Legislativo Regional nº 24/2016/M, de 28 de junho ..... 593 – Decreto Regulamentar Regional nº 2/2017/M, de 23 de fevereiro ..... 594	Regime jurídico da cobrança do IVA e do pagamento dos reembolsos – Decreto-Lei nº 229/95, de 11 de setembro ..... 642
6.3.5 – Adaptação orgânica e funcional da legislação fiscal nacional à R.A. da Madeira – Decreto Legislativo Regional nº 18/2014/M, de 31 de dezembro ..... 602	Regime especial de tributação em IVA dos bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades – Decreto-Lei nº 199/96, de 18 de outubro ..... 644
<b>6.4 – REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, TAXAS DE DERRAMA, PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS E TAXAS DE IMI POR MUNICÍPIO</b>	Regime fiscal específico das sociedades desportivas – Lei nº 103/97, de 13 de setembro ..... 648
Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Artigos relacionados com o sistema fiscal) – Lei nº 73/2013, de 3 de setembro ..... 604	Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil (Regime excecional de dedução de prejuízos fiscais no âmbito dos processos do ex-GACRE e do SIRME aprovados pelo IAPMEI) – Decreto-Lei nº 14/98, de 28 de janeiro ..... 649
Taxas de Derrama por município (Lançadas nos termos do art. 18º da Lei nº 73/2013, de 03/09) ..... 610	Regulamento das custas dos processos tributários e Tabela de emolumentos – Decreto-Lei nº 29/98, de 11 de fevereiro ..... 650
Participação variável no IRS por município (Fixada e dedução à coleta nos termos do art. 26º da Lei nº 73/2013, de 03/09) ..... 613	Organizações não governamentais de ambiente (ONGA) (Normas fiscais) – Lei nº 35/98, de 18 de julho ..... 655
Taxas de IMI para prédios urbanos por município (Fixadas nos termos dos nºs 5 e 18 do art. 112º e art. 112º-A do CIMI) ..... 615	Inspeção tributária a pedido do sujeito passivo ou de terceiro – Decreto-Lei nº 6/99, de 8 de janeiro ..... 656
<b>7 – LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (inserida por ordem cronológica)</b>	Condições de emissão e atribuição de vales sociais (Vales infância e vales educação) – Decreto-Lei nº 26/99, de 28 de janeiro ..... 657
Regime especial do IVA nas agências de viagens e organizadores de circuitos turísticos – Decreto-Lei nº 221/85, de 3 de julho ..... 617	Compensação atribuída aos membros das mesas das assembleias ou secções de voto nos atos eleitorais ou referendários (Isenção de IRS e de outros tributos) – Lei nº 22/99, de 21 de abril – Arts. 3º e 9º ..... 659
Regime especial do IVA nas transmissões de tabacos manufacturados – Decreto-Lei nº 346/85, de 23 de agosto ..... 618	Regime da tesouraria do Estado – Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de junho ..... 659
Isenção/restituição do IVA às representações diplomáticas e consulares e ao seu pessoal não nacional, bem como a certas organizações internacionais – Decreto-Lei nº 143/86, de 16 de junho (Regulamentação do art. 14º, nº 1, alínea l), do CIVA) ..... 619 – Decreto-Lei nº 185/86, de 14 de julho (Regulamentação do art. 14º, nº 1, alíneas l), m), n) e v), do CIVA) ..... 620	Pessoas coletivas de utilidade pública (Isenções) – Lei nº 151/99, de 14 de setembro ..... 665
Isenção de IVA e IEC na importação de mercadorias em pequenas remessas, sem carácter comercial, expedidas de um país terceiro – Decreto-Lei nº 398/86, de 26 de dezembro ..... 621	Regime especial do IVA aplicável ao ouro para investimento – Decreto-Lei nº 362/99, de 16 de setembro ..... 666
Isenção do IVA nas transmissões de bens a pessoas residentes em países terceiros que os transportem na sua bagagem pessoal – Decreto-Lei nº 295/87, de 31 de julho (Revogado) ..... 621	Lei da liberdade religiosa (Normas fiscais) – Lei nº 16/2001, de 22 de junho ..... 668
Regimes especiais do IVA relativos à substituição na entrega do imposto: Vendas de peixe, crustáceos e moluscos efetuadas pelas lotas; Vendas de bens ao domicílio efetuadas por revendedores diretos ; Vendas derivadas exclusivamente da microprodução e da miniprodução de energia elétrica efetuadas pelos produtores. – Decreto-Lei nº 122/88, de 20 de abril – Arts. 9º e 10º ..... 622	Regime fiscal das operações de titularização de créditos – Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de agosto ..... 670
	Preços de transferência (Regulamentação do nº 13 do art. 63º CIRC) – Portaria nº 1 446-C/2001, de 21 de dezembro ..... 672
	Regime jurídico dos PPR, PPE e PPR/E (Dedução à coleta de IRS prevista no art. 21º do EBF) – Decreto-Lei nº 158/2002, de 2 de julho ..... 678
	Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (Donativos, benefícios fiscais e número de identificação fiscal) – Lei nº 19/2003, de 20 de junho ..... 682

	Página		Página
Regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA – Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de julho .....	683	Benefícios fiscais à utilização das terras agrícolas, florestais e silvopastoris e à dinamização da “Bolsa de terras” – Lei n.º 63/2012, de 10 de dezembro .....	751
Lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis ( <i>Paraísos fiscais – Regulamentação do n.º 1 do art. 63.º-D da LGT</i> ) – Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro .....	690	Assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, direitos e outras medidas, definindo os termos de aplicação a que fica sujeito o Estado Português – Decreto-Lei n.º 263/2012, de 20 de dezembro .....	752
Código da Insolvência e Recuperação de Empresas ( <i>CIRE</i> , <i>Título XIII – Benefícios emolumentares e fiscais</i> ), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março .....	692	Sistematização e harmonização da legislação referente ao Número de Identificação Fiscal (NIF) – Decreto-Lei n.º 14/2013, de 28 de janeiro .....	759
Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 18/05/2004 ( <i>Normas fiscais</i> ), aprovada pela Res. da A. R. n.º 74/2004 e ratificada pelo Dec. do Presidente da República n.º 80/2004, de 16/11 .....	693	Regime da utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades declarativas nas áreas aduaneiras, IEC e ISV, bem como para a comunicação dos atos praticados pela AT – Decreto-Lei n.º 21/2013, de 15 de fevereiro .....	764
Regime especial de tributação dos rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida – Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro .....	694	Regime de IVA de caixa – Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio .....	766
Envio por transmissão eletrónica de dados (Internet) da declaração mod. 22 do IRC e da declaração anual de informação contabilística e fiscal – Portaria n.º 1 339/2005, de 30 de dezembro .....	699	Crédito fiscal extraordinário ao investimento (CFEI) – Lei n.º 49/2013, de 16 de julho .....	769
Informação Empresarial Simplificada (IES) – Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro .....	700	Sorteio «Fatura da Sorte» – Decreto-Lei n.º 26-A/2014, de 17 de fevereiro .....	770
Regime da renúncia à isenção do IVA nas operações relativas a bens imóveis ( <i>Regulamentação dos n.ºs 4 a 6 do art. 12.º CIVA</i> ) – Decreto-Lei n.º 21/2007, de 29 de janeiro .....	705	Regime fiscal das entidades organizadoras das finais <i>UEFA Champions League</i> e <i>UEFA Women's Champions League</i> da época 2013/2014, bem como clubes desportivos, respetivos jogadores e equipas técnicas, em virtude da sua participação naquelas partidas – Lei n.º 24/2014, de 28 de abril .....	772
Ficheiro modelo de auditoria tributária SAF-T(PT) ( <i>Regulamentação do n.º 8 do art. 123.º do CIRC</i> ) – Portaria n.º 321-A/ 2007, de 26 de março .....	708	Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos – Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto .....	772
Condições técnicas para a emissão, conservação e arquivamento das faturas emitidas por via eletrónica, nos termos do CIVA – Decreto-Lei n.º 196/2007, de 15 de maio ( <i>Revogado</i> ) .....	710	Regime especial do IVA para sujeitos passivos não estabelecidos no Estado-membro de consumo ou não estabelecidos na Comunidade que prestem serviços de telecomunicações, de radiodifusão ou televisão e serviços por via eletrónica a pessoas que não sejam sujeitos passivos, estabelecidas ou domiciliadas na Comunidade – Decreto-Lei n.º 158/2014, de 24 de outubro .....	777
Deveres de comunicação, informação e esclarecimento à administração tributária para prevenir e combater o planeamento fiscal abusivo e orientações interpretativas – Decreto-Lei n.º 29/2008, de 25 de fevereiro .....	712	Critérios e procedimentos de controlo a adotar na transmissão de benefícios fiscais e do direito à dedução dos gastos de financiamento líquidos, no âmbito de operações de cisão ou de entrada de ativos e elementos que devem constar do requerimento, a apresentar na AT ( <i>Regulamentação prevista no n.º 3 do art. 75.º-A</i> <i>do CIRC</i> ) – Portaria n.º 275/2014, de 26 de dezembro .....	780
– Despacho n.º 14 592/2008, do SEAF, de 27 de maio .....	715	Sistema de emissão de recibo de renda eletrónico no portal das finanças e obrigações declarativas ( <i>Regulamentação do n.º 2 do art. 60.º do CISelo</i> <i>e alíneas a) e b) do n.º 5 do art. 115.º do CIRS</i> ) – Portaria n.º 98-A/2015, de 31 de março .....	782
Procedimentos de celebração de acordos prévios sobre os preços de transferência (APPT) ( <i>Regulamentação do n.º 9 do art. 138.º do CIRC</i> ) – Portaria n.º 620-A/ 2008, de 16 de julho .....	720	Sistema de emissão de faturas, de recibos e de faturas-recibo no portal das finanças ( <i>Regulamentação da alínea a) do n.º 1 do art. 115.º do CIRS</i> ) – Portaria n.º 338/2015, de 8 de outubro .....	784
Regime especial aplicável aos fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (FIIAH) e às sociedades de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (SIIAH) – Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro – Arts. 102.º a 105.º .....	724	Regime facultativo de reavaliação do ativo fixo tangível e propriedades de investimento – Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro .....	785
Regime de isenção do IVA e dos IEC na importação de mercadorias transportadas na bagagem dos viajantes provenientes de países ou territórios terceiros – Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro – Art. 116.º .....	726	Programa especial de redução do endividamento ao Estado (PERES) – Decreto-Lei n.º 67/2016, de 3 de novembro .....	788
Regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso – Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de agosto .....	728	Sistema eletrónico de comunicação dos dados dos viajantes e das respetivas aquisições que pretendam beneficiar da isenção de IVA nas compras realizadas em Portugal ( <i>Taxfree – Residentes fora da UE que transportem os bens</i> <i>na sua bagagem pessoal para fora da UE</i> ) – Decreto-Lei n.º 19/2017, de 14 de fevereiro .....	790
Regime das depreciações e amortizações ( <i>Regulamentação do n.º 1 do art. 31.º</i> <i>do CIRC</i> ) – Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro .....	732	Regulamento do Incentivo Fiscal à Produção Cinematográfica ( <i>Regulamentação</i> <i>prevista no n.º 14 do art. 59.º-F do EBF</i> ) – Portaria n.º 89-A/2017, de 19 de abril .....	794
Certificação prévia dos programas informáticos de faturação ( <i>Regulamentação do n.º 9 do art. 123.º do CIRC</i> ) – Portaria n.º 363/2010, de 23 de junho .....	744	Delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), que se constituam como um incentivo ao desenvolvimento dos territórios do interior ( <i>Regulamentação prevista no n.º 4</i> <i>do art. 41.º-B do EBF</i> ) – Portaria n.º 208/2017, de 13 de julho .....	798
Pedido de reembolso do IVA através da declaração periódica e inscrição no regime mensal ( <i>Regulamentação do art. 22.º do CIVA</i> ) – Despacho Normativo n.º 18-A/2010, de 1 de julho .....	746		
Medidas de controlo da emissão de faturas e outros documentos com relevância fiscal, forma da sua comunicação à AT – Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto .....	748		

Página	Página
Restituição de IVA às forças armadas, às forças e serviços de segurança, aos bombeiros, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e às IPSS – Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho ..... 799	<b>Lei n.º 39/2018, de 8 de agosto</b> - Art. 3.º - Disposição transitória, prazo mínimo de antecedência para disponibilização no Portal das Finanças de formulários digitais de IRS e IRC – Nota ao art. 59.º da LGT [1.2] ..... 45
Selo de validação AT (SVAT) e regras da sua atribuição aos programas de contabilidade, relativamente à produção do ficheiro de auditoria SAF-T (PT) ( <i>Regulamentação do n.º 8 do art. 123.º do CIRC</i> ) – Portaria n.º 293/2017, de 2 de outubro ..... 801	Portaria n.º 256/2017, de 14 de agosto – Regulamenta a publicação pela AT da informação relativa às transferências e envios de fundos e a que deve ser incluída no relatório sobre a evolução do combate à fraude e à evasão fiscais – Nota ao art. 63.º-A da LGT [1.2] ..... 48
Medidas de apoio temporário destinadas aos contribuintes com domicílio fiscal, sede ou estabelecimento nos concelhos afetados pelos incêndios de 15/10/2017– Decreto-Lei n.º 141/2017, de 14 de novembro ..... 802	Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro Art. 295.º n.º 2 - Norma transitória, informação do Banco de Portugal para a AT ( <i>Transferências e envio de fundos para paraísos fiscais</i> ) Art. 303.º - Regimes excecionais de regularização tributária (RERT) – Notas ao art. 63.º-A da LGT [1.2] ..... 48
Criação de equipas de magistrados para recuperação de pendências na jurisdição administrativa e tributária e outras medidas acessórias de caráter extraordinário ( <i>Desistência do pedido com isenção de custas, revisão oficiosa pela AT, “migração” de processos para a arbitragem tributária</i> ) – Decreto-Lei n.º 81/2018, de 15 de outubro ..... 803	Medidas de transparência contributiva, consulta direta em processo executivo e interconexão de dados entre determinadas entidades e a AT – Nota ao art. 64.º da LGT [1.2] ..... 51
Regime especial de determinação da matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações, regime fiscal e contributivo aplicável aos tripulantes e registo de navios e embarcações simplificado – Decreto-Lei n.º 92/2018, de 13 de novembro ..... 805	Portaria n.º 972/2009, de 31 de agosto – Regulamenta o regime jurídico das informações vinculativas – Nota ao art. 68.º da LGT [1.2] ..... 53
Tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões, auferidas por titulares residentes em território português ( <i>Versão unificada dos despachos e tabelas para residentes no Continente, R. A. dos Açores e R.A. da Madeira – 2019</i> ) ..... 812	Despacho n.º 7689/2017, de 01 de setembro (DR, 2.ª Série) - Determina à AT o levantamento das informações vinculativas não publicadas agilizando a sua futura publicação, a publicação de ora em diante de todas as informações vinculativas prestadas e a publicação anual das regras de liquidação do IRS – Nota ao art. 68.º da LGT [1.2] ..... 53
Tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal ( <i>IRS, IRC e impostos de natureza idêntica ou similar</i> ) – Lista de países, diplomas de aprovação, avisos de troca dos instrumentos de ratificação e taxas reduzidas sobre dividendos, juros e <i>royalties</i> ( <i>Atualizada a 14/02/2019</i> ) ..... 819	Portaria n.º 130/2016, de 10 de maio – Define os critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deve ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes (UGC) – Nota ao art. 68.º-B da LGT [1.2] ..... 54
Regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes bem como das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA – Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro ..... 824	Despacho n.º 977/2019, da Diretora-Geral da AT, publicado em 28/01 (DR, 2.ª série) – Define e identifica entidades a acompanhar pela UGC – Nota ao art. 68.º-B da LGT [1.2] ..... 54
	Portaria n.º 78/2001, de 8 de fevereiro – Remuneração do perito independente no procedimento de revisão da matéria coletável – Nota ao art. 93.º da LGT [1.2] ..... 59
	Portaria n.º 640/99, de 12 de agosto – Funcionamento, estatuto e remuneração dos membros da Comissão Nacional de Revisão – Nota ao art. 94.º da LGT [1.2] ..... 59
	Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto – Art. 44.º – Alçadas – Nota ao art. 105.º da LGT [1.2] ..... 60
	<b>Em notas a artigos do CPPT e ao DL que o aprova [1.3]</b>
	Regulamento das Custas Processuais (RCP) – Art. 5.º e quadro resumo dos valores da unidade de conta (UC) – Notas ao art. 5.º de DL n.º 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] ..... 66
	Decreto-Lei n.º 6/2013, de 17 de janeiro – Arts. 9.º e 10.º – Competências próprias do diretor da Unidade dos Grandes Contribuintes / Serviços periféricos de competência específica – Nota ao art. 6.º do DL n.º 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] .. 66
	Código Civil Art. 279.º – Cômputo do termo ( <i>contagem dos prazos</i> ) – Nota ao art. 20.º do CPPT [1.3] ..... 69
	Código de Processo Civil Art. 138.º – Regra da continuidade dos prazos – Nota ao art. 20.º do CPPT [1.3] .. 69
	Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril – Art. 32.º – Dispensa de originais de documentos – Nota ao art. 50.º do CPPT [1.3] ..... 74
	Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA) Art. 24.º - Realização de atos processuais Artigo 25.º - Citações e notificações – Nota ao art. 97.º do CPPT [1.3] ..... 81
	Código de Processo Civil Art. 186.º, n.ºs 1 e 2 – Ineptidão da petição inicial – Nota ao art. 98.º do CPPT [1.3] ..... 82

**OUTRA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR,  
QUADROS RESUMO E FÓRMULAS DE CÁLCULO,  
EM NOTAS A ARTIGOS DE DIVERSOS DIPLOMAS  
(inseridos por ordem sistemática dos artigos)**

**Em notas a artigos da LGT [1.2]**

Decreto-Lei n.º 93/2017, de 1 de agosto – Arts. 16.º, 17.º, 18.º e 21.º – Regulamentação, prevalência, direito subsidiário e entrada em vigor do serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital – Nota ao art. 19.º da LGT [1.2] ..... 37
Disposições transitórias relativas a procedimentos para completar a criação de caixa postal eletrónica – Nota ao art. 19.º da LGT [1.2] ..... 38
Portaria n.º 291/2003, de 8 de abril – Taxa dos juros legais e dos estipulados sem determinação de taxa ou quantitativo – Nota ao art. 35.º da LGT [1.2] ..... 40
Lei n.º 9/2019, de 1 de fevereiro – Art. 3.º - Aplicação no tempo, direito a juros indemnizatórios em caso de pagamento indevido de prestações tributárias fundado em normas inconstitucionais ou ilegais – Nota ao art. 43.º da LGT [1.2] ..... 41
Decreto-Lei n.º 73/99, de 16 de março – Regime dos juros de mora das dívidas ao Estado e a outras entidades públicas – Nota ao art. 44.º da LGT [1.2] ..... 41
Avisos do IGCP que fixam a taxa de juros de mora – Nota ao art. 44.º da LGT [1.2] – Quadro resumo ..... 42

	Página		Página
Disposições transitórias relativas à dispensa de garantia em pagamentos a prestações – Nota ao art. 196º do CPPT [1.3] .....	95	Mais-valias ou menos-valias fiscais (categoria G) – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 10º, nº 1, do CIRS [2.1] .....	181
Portaria nº 493/2002, de 27 de abril – Remuneração dos membros da comissão constituída por promoção do órgão de execução fiscal – Nota ao art. 201º do CPPT [1.3] .....	97	Despacho nº 19 316/2010, publicado em 30 de dezembro – Bolsas de formação desportiva para efeitos fiscais – Nota ao art. 12º do CIRS [2.1] .....	183
Lei nº 13/2016, de 23 de maio – Arts. 4º e 5º -Concretização da venda de imóvel afeto a habitação própria e permanente na sequência de penhora ou execução de hipoteca – Nota ao art. 244º do CPPT [1.3] .....	103	Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro - Art. 259º - Disposição transitória em sede de IRS, regime fiscal aplicável a ex-residentes – Nota ao art. 12º-A do CIRS [2.1] .....	183
Portaria nº 219/2011, de 1 de junho – Aprova os procedimentos e especificações técnicas a observar na venda de bens penhorados em processo de execução fiscal através de venda judicial, na modalidade de leilão eletrónico – Nota ao art. 248º do CPPT [1.3] .....	103	Diplomas que estabelecem os valores da retribuição mínima mensal garantida (RMMG), do indexante de apoios sociais (IAS) e da pensão mínima do regime geral (PMRG) – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo .....	184
Portaria nº 352/2002, de 3 de abril – Divulgação das vendas no processo judicial de execução fiscal através da Internet – Nota ao art. 249º do CPPT [1.3] .....	104	Lei nº 7/2001, de 11 de maio – Medidas de proteção das uniões de facto – Nota ao art. 14º do CIRS [2.1] .....	184
<b>Em notas a artigos do RGIT [1.4]</b>		Lista dos Estados membros do Espaço Económico Europeu (EEE) – Nota ao art. 17º-Aº do CIRS [2.1] .....	186
Código Penal Art. 202º, alíneas a) e b) – Definições legais ( <i>Valor elevado e valor consideravelmente elevado</i> ) – Nota ao art. 11º do RGIT [1.4] .....	112	Empréstimo sem juros ou com taxa de juro inferior à de referência, concedido ou suportado pela entidade patronal – Fórmulas de cálculo dos rendimentos em espécie – Nota ao art. 24º, nº 3, do CIRS [2.1] .....	189
Lei nº 49/2008, de 27 de agosto – Art. 7º – Competência da Polícia Judiciária em matéria de investigação criminal – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4] .....	116	Use ou aquisição de viatura que tenha originado encargos para a entidade patronal – Fórmulas de cálculo dos rendimentos em espécie – Nota ao art. 24º, nºs 5, 6 e 7, do CIRS [2.1] .....	189
Decreto-Lei nº 93/2003, de 30 de abril – Disciplina as condições de acesso e análise, em tempo real, da informação pertinente para a investigação dos crimes tributários pela Polícia Judiciária e pela administração tributária – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4] .....	116	Portaria nº 383/2003, de 14 de maio – Tabela de coeficientes de desvalorização acumulada para cálculo do valor de mercado de viatura adquirida por trabalhador ou membro de órgão social – Nota ao art. 24º, nº 7, do CIRS [2.1] .....	189
<b>Em notas a artigos do RJAT [1.6]</b>		Lei nº 21/85, de 30 de julho – Art. 17º nº 1 i), e Lei nº 143/99, de 31 de agosto – Art. 4º nº 1 Dedução específica da cat. A do IRS de juizes e de magistrados do Ministério Público relativa a quantias despendidas com a valorização profissional – Nota ao art. 25º do CIRS [2.1] .....	190
Portaria nº 112-A/2011, de 22 de março – Vincula a Direção-Geral dos Impostos e a Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo ( <i>atual Autoridade Tributária e Aduaneira</i> ) à jurisdição do Centro de Arbitragem Administrativa – Nota ao art. 4º do RJAT [1.6] .....	143	Portaria nº 543/2000, de 4 de agosto – Tabela para determinação da parte das contribuições da entidade patronal considerada como rendimento do trabalho dependente – Nota ao art. 26º do CIRS [2.1] .....	190
Regulamento de Custas nos Processos de Arbitragem Tributária, aprovado pelo Centro de Arbitragem Administrativa em 2011 – Nota ao art. 12º do RJAT [1.6] .....	145	Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro: Art. 228º nº 2 - Evolução do regime simplificado; Art. 158º - Mais-valias resultantes de indemnizações por danos causados por incêndios florestais – Notas ao art. 31º do CIRS [2.1] .....	192
<b>Em notas a artigos do ETAF [1.7]</b>		Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro - Art. 261º - Medidas transitórias sobre despesas e encargos relacionados com a atividade empresarial ou profissional de sujeitos passivos de IRS a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa ao ano de 2018 – Nota ao art. 31º do CIRS [2.1] .....	192
Lei nº 62/2013, de 26 de agosto – Art. 44º – Alçadas – Nota ao art. 6º do ETAF [1.6] .....	152	Portaria nº 1 041/2001, de 28 de agosto – Limites para as viaturas na categoria B do IRS e nas sociedades de profissionais em IRC – Nota ao art. 33º do CIRS [2.1] .....	193
<b>Em notas a artigos do CIRS [2.1]</b>		Decreto-Lei nº 372/2007, de 6 de novembro – Anexo, art. 2º, nºs 2 e 3 – Efetivos e limiares financeiros que definem as categorias de pequenas e micro empresas – Nota ao art. 43º do CIRS [2.1] .....	195
Diplomas que estabelecem os limites legais do subsídio de refeição, das ajudas de custo e do subsídio de transporte em automóvel próprio – Notas ao art. 2º, nº 3 b) 2) e d), do CIRS [2.1] – Quadro resumo .....	174/175	Decreto Regulamentar nº 1/2019, de 4 de fevereiro - Fixa o universo dos sujeitos passivos de IRS abrangidos pela declaração automática de rendimentos – Nota ao art. 58º-A do CIRS [2.1] .....	199
Abono para falhas – Fórmula de cálculo do limite mensal a excluir de tributação – Nota ao art. 2º, nº 3 c), do CIRS [2.1] .....	175	Lei nº 3/2017, de 16 de janeiro – Regime transitório de opção pela tributação conjunta, em sede de IRS, em declarações relativas a 2015 entregues fora dos prazos legalmente previstos – Nota ao art. 59º do CIRS [2.1] .....	199
Indemnização por cessação do contrato de trabalho – Fórmula de cálculo do limite a excluir de tributação – Nota ao art. 2º, nº 4 b), do CIRS [2.1] .....	175	Tabelas práticas para aplicação das taxas gerais do IRS a residentes no Continente – Nota ao art. 68º do CIRS [2.1] .....	201
Despacho nº 4943/2018, de 18 de maio (DR, 2ª série) – Aprova a percentagem dos rendimentos brutos da categoria A auferidos pelo desempenho no estrangeiro de funções ou comissões de carácter público ao serviço do Estado Português não sujeita a IRS para cada país – Nota ao art. 2º-A do CIRS [2.1] .....	175	Taxa adicional de solidariedade – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 68º-A do CIRS [2.1] .....	201
Decreto-Lei nº 128/2014, de 29 de agosto – Art. 2º, 3º, 4º e 22º – Exploração dos estabelecimentos de alojamento local – Nota ao art. 4º, nº 1, do CIRS [2.1] .....	177	Lei nº 3/2019, de 9 de janeiro - Arts. 3º, 4º e 5º - Programas de construção para renda acessível, regulamentação, entrada em vigor, aplicação no tempo e produção de efeitos – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1] .....	204
Código Civil Art. 1101º - Denúncia pelo senhorio (contrato de arrendamento) – Nota ao art. 9º do CIRS [2.1] .....	179		



Página	Página	
Portaria n.º 12/2010, de 7 de janeiro – Tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos dos arts. 72.º n.º 10, 81.º n.º 5, 99.º n.º 8 e 101.º n.º 1 d) do CIRS ( <i>regime fiscal do residente não habitual</i> ) – Nota ao art. 72.º do CIRS [2.1] . 204	Portarias que estabelecem os coeficientes de desvalorização da moeda – Nota ao art. 47.º, n.º 1, do CIRC [2.2] – Quadro resumo ..... 254	
Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro - Art 260º - Medidas transitórias sobre deduções à coleta a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa a 2018 – Nota ao art. 78.º do CIRS [2.1] ..... 207	Dedução de prejuízos fiscais nas entidades residentes que exerçam a título principal uma atividade e nas não residentes com estabelecimento estável – Quadro resumo – Nota ao art. 52.º, n.º 1, do CIRC [2.2] ..... 259	
Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro – Art. 229º	Portaria n.º 273/2014, de 24 de dezembro – Define os elementos que devem instruir o pedido de autorização de dedução de prejuízos fiscais – Nota ao art. 52.º, n.ºs 12 e 13, do CIRC [2.2] ..... 259	
Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro – Arts. 192º e 195º n.º 3	Dedução de prejuízos fiscais e menos valias nas entidades residentes que não exerçam a título principal uma atividade – Quadro resumo – Nota ao art. 53.º, n.º 2, do CIRC [2.2] ..... 260	
Portaria n.º 74/2017, de 22 de fevereiro	Normas transitórias relativas aos resultados internos que tenham sido eliminados ao abrigo do anterior regime de tributação pelo lucro consolidado, ainda pendentes em 2015, 2016, 2017 e 2018 – Nota ao art. 70.º do CIRC [2.2] ..... 267	
Medidas transitórias sobre deduções à coleta, a aplicar às declarações de rendimentos de IRS relativas aos anos de 2016 e 2017 – Notas ao art. 78.º do CIRS [2.1] ..... 207	Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro - Art. 158º - Mais-valias resultantes de indemnizações por danos causados por incêndios florestais – Nota ao art. 86º-B do CIRC [2.2] ..... 274	
Portaria n.º 368/2017, de 11 de dezembro – Define os procedimentos de comunicação à AT da identificação fiscal dos prestadores de serviços de fornecimento de refeições escolares – Nota ao art. 78º-D do CIRS [2.1] ..... 209	Coleta do IRC por aplicação das taxas previstas nos n.ºs 1 e 2, em função do tipo de sujeito passivo e do montante da matéria coletável – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 87.º, n.ºs 1 e 2, do CIRC [2.2] ..... 275	
Crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (método da imputação normal) – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 81.º, n.ºs 1 e 2, do CIRS [2.1] ..... 212	Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 novembro – Art. 2.º do Anexo – Efetivos e limiares financeiros que definem as categorias de micro, pequenas e médias empresas (PME) – Nota ao art. 87.º, n.º 2, do CIRC [2.2] ..... 275	
Normas que estabelecem a transmissão de dados da Segurança Social e a CGA para a AT – Nota art. 121.º do CIRS [2.1] ..... 222	Derrama estadual – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 87º-A do CIRC [2.2] ..... 275	
Portaria n.º 1 011/2001, de 21 de agosto – Tabela de atividades – Nota ao art. 151.º do CIRS [2.1] ..... 225	Lei n.º 64/2008, de 5 de dezembro – Art. 4.º – Tributação autónoma para empresas de fabricação ou distribuição de produtos petrolíferos refinados – Nota ao art. 88.º do CIRC [2.2] ..... 276	
Portaria n.º 22/2017, de 12 de janeiro - Fixa os procedimentos a ser observados pelas pessoas coletivas de utilidade pública que desenvolvam atividades de natureza e interesse cultural que queiram beneficiar de consignação da quota equivalente a 0,5% do IRS liquidado – Nota ao art. 152º do CIRS [2.1] ..... 226	Despacho n.º 15 598/2014, de 26 de dezembro – Aprova os formulários modelos 01-DJR e 02-DJR, para efeitos de isenção ou redução de retenção na fonte de IRC e de reembolso de IRC retido na fonte, relativamente a pagamentos de juros e ou <i>royalties</i> efetuados a sociedades associadas de diferentes Estados-Membros da União Europeia e da Confederação Suíça – Nota ao art. 98.º do CIRC [2.2] .... 281	
<b>Em notas a artigos do CIRC [2.2]</b>		
Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto – Art. 57º – Disposições fiscais dos regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho (FCT) e do fundo de garantia de compensação do trabalho (FGCT) – Nota ao art. 20.º do CIRC [2.1] ..... 242	Pagamentos por conta do IRC – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 105º do CIRC [2.2] ..... 283	
Encargos com ajudas de custo e compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador ao serviço da entidade patronal (Enquadramento fiscal em IRS e IRC) – Nota ao art. 23º-A, n.º 1 h), do CIRC [2.2] – Quadro resumo ..... 245	Pagamentos adicionais por conta do IRC – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 105º-A do CIRC [2.2] ..... 283	
Portaria n.º 279/2014, de 30 de dezembro – Fixa a taxa de juro anual a aplicar ao valor dos suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade – Nota ao art. 23º-A, n.º 1 m), do CIRC [2.2] ..... 245	Lei n.º 10-A/2017, de 29 março – Reduz o pagamento especial por conta (períodos de 2017 e 2018) e cria condições para a sua substituição por um regime adequado de apuramento da matéria coletável – Nota ao art. 106º do CIRC [2.2] ..... 284	
Gastos relativos à participação nos lucros por membro de órgãos sociais, titular de parte do capital social – Fórmula de cálculo do limite considerado gasto fiscal – Nota ao art. 23º-A, n.º 1 o), do CIRC [2.2] ..... 245	Pagamento especial por conta do IRC – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 106º do CIRC [2.2] ..... 285	
Decreto Regulamentar n.º 13/2018, de 28 de dezembro (período de 2018)	Lei n.º 98/2017, de 24 de agosto – Arts. 13º e 14º - Fontes auxiliares de interpretação e disposição transitória – Nota ao art. 121º-A do CIRC [2.2] ..... 289	
Decreto Regulamentar n.º 11/2017, de 28 de dezembro (período de 2017)	Portaria n.º 92-A/2011, de 28 de fevereiro	
Decreto Regulamentar n.º 5/2016, de 18 de novembro (período de 2016)	Portaria n.º 51/2018, de 16 de fevereiro	
Decreto Regulamentar n.º 19/2015, de 30 de dezembro (período de 2015)	– Definem os elementos que integram o dossier fiscal e aprovam diversos modelos de mapas – Nota ao art. 130º do CIRC [2.2] ..... 291	
– Estabelecem os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em IRC – Nota ao art. 28ºC, n.º 1, do CIRC [2.2] ..... 247	<b>Em notas a artigos do CIVA [3.1]</b>	
Portaria n.º 467/2010, de 7 de julho – Define o custo de aquisição ou o valor de reavaliação das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, incluindo os veículos elétricos, cujas depreciações da parte excedente não são considerados gastos fiscais – Nota ao art. 34º do CIRC [2.2] ..... 249	Lista dos Estados membros da União Europeia e datas de adesão – Nota ao art. 1.º, n.º 2 b) do CIVA [3.1] ..... 301	
Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – Art. 183º – Alteração da política contabilística relativa a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego – Nota ao art. 43º do CIRC [2.2] ..... 252	Portaria n.º 521/89, de 8 de julho – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de vinho feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3.º, n.º 6, do CIVA [3.1] ..... 302	
Mais-valias e menos-valia fiscais – Fórmula de cálculo – Nota ao art. 46.º, n.º 2, do CIRC [2.2] ..... 253		

Página	Página
Portaria nº 1 158/2000, de 7 de dezembro – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de azeite feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, do CIVA [3.1] .....	303
Portaria nº 497/2008, de 24 de junho – Regulamenta as condições delimitadoras do conceito de amostras e ofertas de pequeno valor e define os procedimentos e obrigações contabilísticas a cumprir pelos sujeitos passivos, para efeitos de exclusão de tributação em IVA – Nota ao art. 3º, nº 7, do CIVA [3.1] .....	303
Tratado sobre o Funcionamento da UE – Art. 29º – Definição do que se considera produtos em livre prática – Nota ao art. 5º do CIVA [3.1] .....	303
Lei nº 71/2013, de 2 de setembro - Arts. 2º, 3º, 7º, 8º e 8º-A – Regulamenta o exercício profissional das atividades terapêuticas não convencionais, conferindo-lhe o mesmo regime de isenção de IVA aplicável às profissões paramédicas – Nota ao art. 9º nº 1) do CIVA [3.1] .....	308
Despacho Normativo nº 118/85, de 31 de dezembro – Definição do número limite de manifestações ocasionais abrangidas pela isenção – Nota ao art. 9º, nº 20), do CIVA [3.1] .....	308
Despacho Normativo nº 51/86, de 28 de junho – Sujeição a IVA dos produtores de flores e plantas ornamentais – Nota ao art. 9º, nº 33), do CIVA [3.1] .....	309
Despacho nº 6 428/2006, publicado em 21 de março – Ajudas comunitárias relativas às forragens secas – Nota ao art. 16º do CIVA [3.1] .....	313
Taxas de IVA aplicáveis em cada Estado membro da União Europeia – Nota ao art. 18º do CIVA [3.1] – Quadro resumo .....	314
Decreto-Lei nº 347/85, de 23 de agosto – Taxas de IVA aplicáveis nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e regras de localização das operações nessas regiões – Nota ao art. 18º, nº 3, do CIVA [3.1] .....	314
Método da percentagem de dedução ou <i>pro rata</i> – Fórmula de cálculo – Nota ao art. 23º do CIVA [3.1] .....	317
Portaria nº 215/2017, de 20 de julho - Regulamenta a forma e prazo de exercício da opção para pagamento do IVA devido pelas importações de bens através da declaração periódica – Nota ao art. 27º do CIVA [3.1] .....	318
Portaria nº 375/2003, de 10 de maio – Envio por transmissão eletrónica de dados da declaração periódica de IVA – Nota ao art. 29º do CIVA [3.1] .....	321
Decreto-Lei nº 153/2014, de 20 de outubro – Arts. 26º e 35º – Faturação prevista nos regimes jurídicos aplicáveis à produção de eletricidade destinada ao autoconsumo e ao da venda à rede elétrica de serviço público a partir de recursos renováveis, por intermédio de unidades de pequena produção – Nota ao 36º, nº 11, do CIVA [3.1] .....	324
Base tributável nas faturas com IVA incluído – Fórmula de cálculo – Nota ao art. 49º do CIVA [3.1] .....	326
Portaria nº 19/2015, de 4 de fevereiro – Aprova o modelo de pedido de compensação forfetária do IVA pelos produtores agrícolas e respetivas instruções de preenchimento – Nota ao 59º-B, nº 4, do CIVA [3.1] .....	328
Portaria nº 172/2015, de 5 de junho – Define o procedimento para apresentação do pedido de autorização prévia de regularizações de IVA e aprova o modelo a utilizar para o efeito e respetivas instruções de preenchimento – Nota ao 78º-B, do CIVA [3.1] .....	333
Despacho nº 14 839/2005, publicado em 7 de julho – Responsabilidade solidária pelo pagamento do IVA – Nota ao art. 80º do CIVA [3.1] .....	335
Portaria nº 185/99, de 20 de março – Definição de calçado ortopédico que, prescrito por receita médica, fica sujeito à taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.6 da Lista I anexa ao CIVA [3.1] .....	340
Despacho nº 26 026/2006, publicado em 22 de dezembro – Lista de bens concebidos especificamente para utilização por pessoas com deficiência, a cujas transmissões é aplicável a taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.9 da Lista I anexa ao CIVA [3.1] .....	340
<b>Em notas a artigos do RITI [3.2]</b>	
Montante a partir do qual ficam sujeitas a tributação no Estado membro de destino as aquisições intracomunitárias de bens efetuadas por sujeitos passivos que pratiquem exclusivamente operações isentas sem direito à dedução, bem como as efetuadas pelo Estado e demais pessoas coletivas de direito público quando atuem na qualidade de não sujeitos passivos – Nota ao art. 5º do RITI [3.2] – Quadro resumo .....	347
Montante a partir do qual as vendas à distância são obrigatoriamente sujeitas a tributação no Estado membro de destino – Nota ao art. 10º do RITI [3.2] – Quadro resumo .....	348
Estrutura do número de identificação fiscal (NIF), para efeitos de IVA, relativamente a cada Estado membro – Nota ao art. 27º do RITI [3.2] – Quadro resumo .....	351
<b>Em notas a artigos do CIEC [3.3]</b>	
Normas transitórias relativas à introdução no consumo de bebidas não alcoólicas (adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes) – Consignação da receita ao setor da saúde – Notas ao art. 87º-A do CIEC [3.3].....	371
Normas que estabelecem adicionais à taxa de ISP e à taxa de adicionamento sobre as emissões de CO2 – Notas ao art. 92º do CIEC [3.3] .....	375
Normas transitórias de redução do ISP/subsídios à pequena pesca artesanal e costeira, aos pequenos agricultores e aquicultores – Nota ao art. 93º do CIEC [3.3] .....	377
Normas transitórias relativas à introdução no consumo e comercialização de produtos de tabaco – Nota ao art. 109º do CIEC [3.3] .....	383
<b>Em notas a artigos do CIMI e ao DL que o aprova [4.1]</b>	
Lei nº 60-A/2011, de 30 de novembro – Art. 10º – Entrada em vigor e produção de efeitos das normas de alteração relativas à avaliação geral de imóveis – Nota ao art. 15º do DL nº 287/2003, de 12/11 [4.1] .....	388
Portaria nº 1 337/2003, de 5 de dezembro – Coeficientes desvalorização da moeda a aplicar para a atualização dos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos não arrendados e dos prédios rústicos – Nota ao art. 16º, nº 2, do DL nº 287/2003, de 12/11 [4.1] .....	390
Despacho nº 1 693/2005-XVII, do SEAF, de 20 de dezembro - Regularização dos imóveis sem NIF – Nota ao art. 23º do DL nº 287/2003, de 12/11 [4.1] .....	391
Lei nº 51/2018, de 16 de agosto - Art. 9º - Norma transitória referente à isenção de IMI dos prédios do património imobiliário público – Nota ao art. 11º do CIMI [4.1] .....	395
Isenção de IMI para sujeitos passivos de baixos rendimentos – Limites do rendimento bruto do agregado familiar e do VPT global dos prédios rústicos e urbanos – Nota ao art. 11º-A do CIMI [4.1] .....	396
Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro - Art. 288º - Valor patrimonial tributário de prédios urbanos afetos a atividade pecuária, agrícola ou de aquicultura – Nota ao art. 38º do CIMI [4.1] .....	399
Portaria nº 420-A/2015, de 31 de dezembro – Aprova os coeficientes de localização mínimos e máximos a aplicar em cada município, o zonamento, os coeficientes de localização correspondentes a cada zona de valor homogéneo, as percentagens correspondentes à área de implantação e os coeficientes majorativos aplicados às moradias unifamiliares – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] .....	404
Portaria nº 1434/2007, de 6 de novembro – Diretrizes relativas à apreciação da qualidade construtiva, da localização excepcional, da localização e operacionalidade relativas e do estado deficiente de conservação, para efeitos da aplicação das tabelas I e II referidas no nº 1 do art. 43º do CIMI – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] .....	404
Portarias que fixam o valor médio de construção – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo .....	405

Página	Página
Portaria n.º 11/2017, de 9 de janeiro – Aprova a lista de prédios para efeitos de avaliação de IMI – Nota ao art. 62.º do CIMI [4.1] .....	405
Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 agosto	
Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março – Art. 165.º – Conceito fiscal prédio devoluto e envio aos municípios de lista atualizada de ausência de contratos de fornecimento ou de consumos baixos – Notas ao art. 112.º do CIMI [4.1] .....	411
Adicional ao IMI – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 135.º-F do CIMI [4.1] .....	416
<b>Em notas a artigos do CIMT [4.2]</b>	
Decreto-Lei n.º 275/93, de 5 de agosto – Art. 61.º – Isenção de IMT ( <i>time-sharing</i> ) – Nota ao art. 6.º do CIMT [4.2] .....	422
Lei n.º 21/90, de 4 de agosto – Artigo único – Redução do IMT nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – Nota ao art. 17.º do CIMT [4.2] .....	426
Tabelas práticas para aplicação das taxas do IMT (habitação própria e permanente e habitação – Continente e Regiões Autónomas) – Nota ao art. 17.º do CIMT [4.2] .....	426
<b>Em notas a artigos do CISelo [4.3]</b>	
Normas transitórias que isentam de imposto do selo a constituição de garantias a favor do Estado ou das instituições de segurança social, como um dos incentivos fiscais ao financiamento – Nota ao art. 7.º, n.º 1 u), do CISelo [4.3] .....	437
Lei n.º 55-A/2012, de 29 de outubro – Art. 6.º – Disposições transitórias para prédios urbanos com VPT igual ou superior a € 1 000 000 – Nota à verba 28.1 da TGISelo [4.3] .....	448
<b>Em notas a artigos do CISV e à Lei que o aprova [4.4]</b>	
Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro – Art. 15.º – Extensão de regalias para os deficientes das forças armadas (DFA) com percentagem de incapacidade igual ou superior a 60 % – Nota ao art. 13.º, n.º 3, da Lei n.º 22-A/2007, de 29/06 (diploma que aprova o CISV e o CIUC) [4.4] .....	451
Lei n.º 36/91, de 27 de julho – Art. 3.º – Isenção do imposto automóvel (atual ISV) para veículos perdidos ou abandonados ou adquiridos pelo Estado – Nota ao art. 13.º, n.º 3, da Lei n.º 22-A/2007, de 29/06 (diploma que aprova o CISV e o CIUC) [4.4] .....	451
Portaria n.º 44/2011, de 26 de janeiro – Taxas a aplicar nos processos de regularização de veículos usados no território nacional – Nota ao art. 11.º do CISV [4.4] .....	455
<b>Em notas a artigos do CIUC [4.5]</b>	
Normas que estabelecem o adicional em sede de IUC para veículos a gasóleo enquadráveis nas categorias A e B – Nota (1) ao art. 10.º CIUC [4.5] ....	471
Normas que estabelecem uma redução percentual a aplicar às emissões de CO <sub>2</sub> – WLTP – Nota (2) ao art. 10.º do CIUC [4.5] .....	471
<b>Em notas a artigos da Contribuição sobre o Setor Bancário [4.8]</b>	
Portaria n.º 121/2011, de 30 de março – Regulamenta o regime da contribuição sobre o setor bancário – Nota aos arts. 5.º e 8.º [4.8] .....	498
<b>Em notas a artigos da Contribuição sobre o Setor Energético [4.9]</b>	
Portaria n.º 157-B/2015, de 28 de maio – Define os parâmetros e valores para apuramento da taxa de desconto a aplicar na contribuição extraordinária sobre o setor energético, tendo em conta a duração dos contratos, as quantidades contratadas e o preço estimado do gás natural – Nota ao art. 3.º [4.9] .....	501
Portaria n.º 92-A/2017, de 2 de março – Define os parâmetros e valores para o apuramento do valor do excedente do valor económico equivalente dos contratos de aprovisionamento de longo prazo em regime de « <i>take-or-pay</i> » – Nota ao art. 3.º [4.9] .....	502
<b>Em notas a artigos da Contribuição sobre os Sacos de Plástico Leves [4.11]</b>	
Portaria n.º 286-B/2014, de 31 de dezembro – Regulamenta a contribuição sobre os sacos de plástico leves – Nota ao art. 40.º [4.11] .....	511
Despacho n.º 850-A/2015, de 27 de janeiro – Estabelece o mecanismo voluntário de declaração de sacos de plástico leves relativamente aos quais não tenha sido liquidada e paga a contribuição criada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31/12, e regulamentada pela Portaria n.º 286-B/2014, de 31/12, pelos operadores económicos que não sejam sujeitos passivos da contribuição sobre os sacos de plástico leves: – Nota ao art. 40.º [4.11] .....	512
<b>Em notas a artigos do EBF [5.1]</b>	
Disposições transitórias que prorrogam normas que consagram benefícios fiscais – Notas ao art. 3.º do EBF [5.1] .....	518
Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro – Arts. 7.º e 8.º – Regime transitório e reavaliação da reforma da tributação dos organismos de investimento coletivo – Nota ao art. 22.º do EBF [5.1] .....	524
Despacho n.º 11 485/2015, de 14 de outubro – Aprova o formulário modelo 27-RFI, destinado ao reembolso total ou parcial de imposto português que tenha sido retido na fonte sobre rendimentos pagos por organismos de investimento coletivo a sócios e participantes não residentes em território português – Nota ao art. 22.º-A do EBF [5.1] .....	526
Normas transitórias que isentam de IRS ou de IRC os juros de empréstimos externos ( <i>Schuldscheindarlehen e Remminbi</i> ) celebrados pelo IGCP – Notas ao art. 32.º-B do EBF [5.1] .....	530
Normas transitórias que isentam de IRC os ganhos obtidos por instituições financeiras não residentes na realização de operações de reporte, como um dos incentivos fiscais ao financiamento – Nota ao art. 32.º-C do EBF [5.1] .....	530
Normas transitórias que isentam de Imposto do Selo as operações de reporte de valores mobiliários – Nota ao art. 32.º-D do EBF [5.1] .....	531
Normas transitórias que isentam de IRS e IRC rendimentos de valores mobiliários – Nota ao art. 40.º-A do EBF [5.1] .....	535
Código das Sociedades Comerciais - Art. 35.º - Perda de metade do capital – Nota ao art. 43.º-B do EBF [5.1] .....	538
Portaria n.º 195/2018, de 5 de julho - Define o conceito de setor tecnológico para efeitos do incentivo fiscal à aquisição de participações sociais pelos trabalhadores – Nota ao art. 43.º-C do EBF [5.1] .....	538
Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro – Arts. 2.º, 31.º e 32.º – Isenções e outros benefícios no arrendamento apoiado para habitação – Nota ao art. 44.º do EBF [5.1] .....	539
Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro – Art. 160.º – Interconexão de dados entre a Direção-Geral das Atividades Económicas e a AT – Nota ao art. 44.º do EBF [5.1] .....	540
Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro – Art. 25.º-A – Regime fiscal d a entidade central de armazenagem nacional na gestão das reservas estratégicas de produtos de petróleo – Nota ao Capítulo VIII do EBF [5.1] .....	543
Decreto-Lei n.º 45/2018, de 19 de junho - Art. 16.º - Regime transitório aplicável ao incentivo à produção cinematográfica e audiovisual – Nota ao art. 59.º-F do EBF [5.1] .....	546
Portaria n.º 490/2018, de 28 de setembro – Art. 7.º - Regime transitório ( <i>Produção de efeitos da revogação do incentivo fiscal à produção cinematográfica e audiovisual</i> ) – Nota ao art. 59.º-F do EBF [5.1] .....	546
Decreto-Lei n.º 22/2017, de 22 de fevereiro – Arts. 2.º e 3.º – Incentivo com natureza de auxílios de estado à produção cinematográfica – Nota ao art. 59.º-F do EBF [5.1] .....	546
Lei n.º 114/2017, de 29 dezembro – Art. 266.º n.º 2	
Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro – Art. 294.º n.º 1	
– Donativos à Estrutura de Missão para as Comemorações do V Centenário da Circum-Navegação – Nota ao art. 62.º-B do EBF [5.1] .....	552

	Página		Página
<b>Em notas a artigos do CFI [5.2]</b>		<b>Em notas ao Regime financeiro das autarquias locais [6.4]</b>	
Despacho de 23 de janeiro de 2015 – Esclarecimento sobre o Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE II) – Nota ao art. 37º do CFI [5.2] .....	566	Lei nº 42/2017, de 14 de junho – Art. 7º, nº 2 – Benefícios ou isenções fiscais para imóveis de interesse histórico e cultural ou social local a conceder pelos municípios – Nota ao art. 16º da Lei nº 73/2013, de 03/09 [6.4] .....	606
Portaria nº 282/2014, de 30 de dezembro – Define os códigos de atividade económica (CAE) correspondentes a várias atividades objeto dos projetos de investimento produtivo – Regulamentação do nº 3 do art. 2º do CFI [5.2] .....	568	Lei nº 51/2018, de 16 de agosto - Art. 8º - Norma transitória relativa à participação dos municípios no IVA – Nota art. 26º-A da Lei nº 73/2013 de 03/09 [6.4] .....	608
Portaria nº 94/2015, de 23 de março – Procede à regulamentação do regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo – Regulamentação do Capítulo II, arts. 2º a 21º, do CFI [5.2] .....	568	Participação variável no IRS – Fórmula de cálculo da dedução à coleta – Nota ao art. 26º da Lei nº 73/2013, de 03/09 [6.4] .....	608
<b>Em notas à legislação da R. A. Açores [6.2.1]</b>		<b>Em notas a outros diplomas da Legislação Complementar [7]</b>	
Tabelas práticas para aplicação das taxas gerais do IRS com redução e fórmula de cálculo para as restantes taxas de retenção na fonte e de tributação autónoma de IRS – Notas ao art. 4º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] .....	579	Decreto-Lei nº 363/2007, de 2 novembro – Microprodução de eletricidade: Art. 12º, nº 4 – Faturação ( <i>Revogado</i> ) Art. 12º, nº 5 – Regime especial do IVA Art. 12º, nº 6 – Exclusão de tributação em IRS ( <i>Revogado</i> ) – Nota ao art. 10º do DL nº 122/88, de 20/04 [7] .....	622
Coleta do IRC por aplicação das taxas em função do tipo de sujeito passivo e do montante da matéria coletável, com a redução prevista para a R. A. dos Açores – Fórmulas de cálculo – Notas ao art. 5º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] .....	579	Decreto-Lei nº 34/2011, de 8 de março – Miniprodução de eletricidade: Art. 14º, nº 3 – Faturação ( <i>Revogado</i> ) Art. 14º, nº 4 – Regime especial do IVA – Nota ao art. 10º do DL nº 122/88, de 20/04 [7] .....	622
Normas que determinam os setores estratégicos da economia onde os lucros reinvestidos beneficiam de deduções à coleta de IRC e IRS – Nota ao art. 6º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] .....	580	Despacho Normativo nº 7-A/2015, de 30 de abril – Regula os procedimentos de reembolso do IRC – Nota ao art. 24º-A do DL nº 492/88, de 30/12 [7] .....	626
Normas que fixam os valores dos projetos de investimento relevantes para a concessão de benefícios fiscais em regime contratual – Notas ao art. 9º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] .....	580	Normas transitórias de revogação e repristinação – Restituição do IVA a IPSS e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] .....	638
Derrama regional – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 2º do D. Leg. Regional nº 21/2016/A, de 17/10 [6.2.2] .....	582	Portaria nº 1370/2007, de 19 de outubro ( <i>Revogada</i> ) – Condições a observar na transposição dos ficheiros informáticos produzidos pelos programas de faturação para suportes eletrónicos não regráveis, destinados a substituir, para efeitos fiscais, os respetivos arquivos em papel – Nota ao art. 5º, nº 3, do DL nº 198/90, de 19/06 [7] .....	641
Pagamento adicional por conta do IRC na R. A. Açores – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 4º do D. Leg. Regional nº 21/2016/A, de 17/10 [6.2.2] .....	582	Normas transitórias que estabelecem que o regime de incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil aplica-se igualmente aos processos aprovados pelo IPMAEI no âmbito do SIRME – Nota ao art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] .....	649
<b>Em notas à legislação da R. A. Madeira [6.3]</b>		Decreto-Lei nº 324/2003, de 27 de dezembro – Art. 4º, nºs 6 e 7 – Revogação “genérica” de normas do Regulamento das Custas dos Processos Tributários (RCPT) – Nota ao RCPT aprovado pelo DL nº 29/98, de 11/02 [7] .....	651
Tabelas práticas para aplicação das taxas gerais do IRS a residentes na R.A. da Madeira – Nota ao art. 2º do D. Leg. Regional nº 3/2001/M [6.3.1] ....	587	Portaria nº 923/99, de 20 de outubro – Montantes devidos pela realização de inspeção a pedido do sujeito passivo ou de terceiro – Nota ao art. 4º, nº 3, do DL nº 6/99, de 8/01 [7] .....	656
Taxa adicional de solidariedade – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 2º-A do D. Leg. Regional nº 3/2001/M [6.3.1] .....	588	Encargos com vales sociais (Vales infância e vales educação – Enquadramento fiscal em IRS e IRC) – Nota ao art. 10º do DL nº 26/99, de 28/01 [7] – Quadro resumo	658
Coleta do IRC por aplicação das taxas em função do tipo de sujeito passivo e do montante da matéria coletável – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 2º do D. Leg. Regional nº 2/2001/M, de 20/02 [6.3.2] .....	589	Portaria nº 1 423-I/2003, de 31 de dezembro – Regulamento documento único d e cobrança (DUC) – Nota ao art. 12º, nº 2, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL nº 191/99, de 5/06 [7] .....	664
Diplomas que mantêm em vigor e alteram a derrama regional – Nota ao art. 3º do D. Leg. Regional nº 14/2010/M [6.3.2] .....	590	Portaria nº 796/99, de 15 setembro – Cheques visados – uso obrigatório – Nota ao art. 16º, nº 5, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL nº 191/99, de 5/06 [7] .....	665
Diplomas que mantêm em vigor e alteram o regime da contribuição sobre o setor bancário na R.A. Madeira – Nota ao art. 17º do D. Leg. Regional nº 2/2011/M [6.3.3] .....	591	Decreto-Lei nº 273/2007, de 30 de julho – Arts. 7º e 8º – Reforma da gestão da tesouraria do Estado, mediante a integração da gestão da tesouraria e da dívida pública no IGCP – Nota ao Regime da Tesouraria do Estado, DL nº 191/99, de 5/06 [7] .....	665
Portaria nº 77/2011, de 7 de julho – Regulamenta o Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário, para vigorar na R.A. Madeira – Nota aos arts. 21º e 24º do D. Leg. Regional nº 2/2011/M [6.3.3] .....	592	Portaria nº 298/2013, de 4 de outubro – Procedimentos a observar pelas entidades que queiram beneficiar dos regimes de donativos ou de consignação da quota do IRS liquidado – Nota ao art. 32º da Lei nº 16/2001, de 22/06 [7] .....	669
Decreto Regulamentar Regional nº 2/2017/M, de 23 de fevereiro Regulamenta o regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo de valor igual ou superior a 500 000 euros, na R. A. da Madeira – Nota aos art. 2º do D. Leg. Regional nº 24/2016/M, de 28/06 [6.3.4] .....	594		

Página	Página
Portaria n.º 1 453/2002, de 11 de novembro – Descrição objetiva dos casos previstos e meios de prova para reembolso dos PPR/E – Nota ao art. 4.º, n.º 8, do DL n.º 158/2002, de 2/07 [7] ..... 680	Portaria n.º 185/2017, de 1 de junho – Regula o decreto-lei relativo ao <i>Taxfree</i> – Simplificação dos procedimentos de reembolso de IVA aos viajantes – Nota ao art. 7.º do DL n.º 19/2017, de 14/02 [7] ..... 791
Portaria n.º 1 452/2002, de 11 de novembro – Limites anuais por educando a que fica sujeito o reembolso dos PPR/E – Nota ao art. 5.º, n.º 2, do DL n.º 158/2002, de 2/07 [7] ..... 681	Portaria n.º 12/2018, de 10 de janeiro – Prorroga o prazo durante o qual é possível a opção pelo procedimento previsto no DL n.º 295/87, de 31/07 ( <i>Taxfree</i> ) – Nota ao art. 9.º do DL n.º 19/2017, de 14/02 [7] ..... 793
Lei Orgânica n.º 1/2018, de 19 de abril - Art. 7.º - Norma transitória ( <i>Alteração à Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais</i> ) – Nota ao título da Lei n.º 19/2003, de 20/06 [7] ..... 682	Lei n.º 119/2015, de 7 de setembro – Código Cooperativo – Art. 4.º, n.º 4 – Equiparação das cooperativas de solidariedade social a IPSS – Nota ao art. 1.º do DL n.º 84/2017, de 21/07 [7] ..... 800
Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Arts. 198.º, n.º 5, e 201.º – Regime transitório no âmbito do DL n.º 147/2003, de 11/07 – Nota ao art. 1.º do Regime de bens em circulação objeto de transações por sujeitos passivos de IVA, anexo a esse DL [7] ..... 684	Despacho n.º 10363-A/2017, de 28 de novembro - Aprova a lista dos concelhos a que se aplica um conjunto de medidas destinadas a apoiar as vítimas dos incêndios de 15/10/2017 – Nota ao art. 1.º do DL n.º 141/2017, de 14/11 [7] ..... 802
Portaria n.º 161/2013, de 23 de abril – Regulamenta o modo de cumprimento das obrigações de comunicação dos elementos dos documentos de transporte – Nota ao art. 5.º do Regime anexo ao DL n.º 147/2003, de 11/07 [7] ..... 687	Despacho n.º 382/2018, de 9 de janeiro - Prorroga o prazo da suspensão das execuções fiscais nas áreas ardidas – Nota ao art. 3.º do DL n.º 141/2017, de 14/11 [7] ..... 803
Lei n.º 8/2018, de 2 de março – Cria o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE) – Arts. 27.º, 33.º, 34.º e 35.º – Efeitos fiscais, responsabilidade dos administradores judiciais, benefícios emolumentares e disposições transitórias – Nota ao Título XIII do CIRE, DL n.º 53/2004, de 18/03 [7] ..... 692	Despacho n.º 4 743-A/2008, de 21 de fevereiro – Aprova os formulários modelos 21-RFI a 24-RFI para comprovação dos pressupostos de aplicação das convenções sobre dupla tributação internacional (CDT) aos não residentes que obtenham rendimentos em território português, destinados a solicitar a dispensa total ou parcial da retenção na fonte de IRS e IRC ou o seu reembolso – Nota à tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal [7] ..... 823
Despacho n.º 2937/2014, de 21 de fevereiro – Aprova os formulários modelos 25-RFI e 26-RFI destinados a pedidos de reembolso de imposto português sobre rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida – Nota ao art. 22.º do Regime, DL n.º 193/2005, de 7/11 [7] ..... 699	
Decreto-Lei n.º 87/2018, de 31 de outubro - Art. 3.º - Entrada em vigor e produção de efeitos ( <i>entrega da IES/DA</i> ) – Nota ao art. 2.º do DL n.º 8/2007, de 17/01 [7] ..... 701	
Portaria n.º 31/2019, de 24 de janeiro - Aprova os termos a que deve obedecer o envio da informação empresarial simplificada / declaração anual de informação contabilística e fiscal (IES/DA) – Nota ao art. 2.º do DL n.º 8/2007, de 17/01 [7] .... 701	
Portaria n.º 302/2016, de 2 de dezembro – Estrutura de dados do ficheiro modelo de auditoria tributária SAF-T(PT) – Nota à Portaria n.º 321-A/2007, de 26/03 [7] ..... 709	
Despacho n.º 11 873/2009, publicado em 18 de maio – Esclarecimentos sobre o DL n.º 29/2008, de 25/02 – Nota ao art. 22.º deste DL ( <i>Comunicação de esquemas de planeamento fiscal</i> ) [7] ..... 715	
Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de janeiro - Arts. 2.º, n.ºs 5 e 6, e 17.º, n.º 4 ( <i>reintegrações e amortizações</i> ) – Nota ao art. 22.º, alínea f), do D. Regul. n.º 25/2009, de 14/09 [7] ..... 737	
Portaria n.º 426-A/2012, de 28 de dezembro – Aprova o modelo oficial de declaração para a comunicação dos elementos das faturas por transmissão eletrónica de dados – Nota ao art. 3.º do DL n.º 198/2012, de 24/08 [7] ..... 749	
Portaria n.º 2/2015, de 6 de janeiro – Define as características e estrutura do ficheiro através do qual deve ser efetuada à AT a comunicação dos inventários – Nota ao art. 3.º-A do DL n.º 198/2012, de 24/08 [7] ..... 750	
Portaria n.º 160/2004, de 14 de fevereiro – Comissão Interministerial para a Assistência Mútua em Matéria de Cobrança de Créditos (CIAMMCC) respeitantes a impostos, direitos e outras medidas – Nota ao art. 35.º do DL n.º 263/2012, de 20/12 [7] ..... 758	
Portaria n.º 149/2014, de 24 de julho – Regulamentação do regime de utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades nas áreas aduaneiras, dos impostos especiais de consumo e do imposto sobre os veículos – Nota ao art. 6.º do DL n.º 21/2013, de 15/02 [7] ..... 765	
Portaria n.º 259/2016, de 4 de outubro Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro Regulamenta os procedimentos e estabelece as condições do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (REAIID) – Notas aos arts. 10.º n.º 2 e 14.º da Lei n.º 61/2014, de 26/08 [7] ..... 776	

# ÍNDICE CRONOLÓGICO (\*)

	Página		Página
<b>1976</b>			
<b>Decreto de 10 de abril de 1976</b>		<b>Decreto-Lei nº 492/88, de 30 de dezembro</b> – Regulamentação da cobrança e reembolsos de IRS e IRC [7] .....	623
<b>Constituição da República Portuguesa (CRP)</b>		<b>1989</b>	
– Artigos relacionados com o sistema fiscal [1.1] .....	25	<b>Decreto-Lei nº 31/89, de 25 de janeiro</b> – Isenção de IVA na importação definitiva de determinados bens [7] .....	629
<b>Decreto-Lei nº 43/76, de 20 de janeiro</b> – Art. 15º – Extensão de regalias para os deficientes das forças armadas (DFA) com percentagem de incapacidade igual ou superior a 60% – Nota ao art. 13º, nº 3, da Lei nº 22-A/2007, de 29/06 ( <i>diploma que aprova o CISV e o CIUC</i> ) [4.4] .....	451	<b>Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de julho</b> – Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) [5.1] .....	515
<b>1984</b>			
<b>Decreto-Lei nº 394-B/84, de 26 de dezembro</b> – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) [3.1] .....	295	<b>Portaria nº 521/89, de 8 de julho</b> – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de vinho feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, do CIVA [3.1] .....	302
<b>1985</b>			
<b>Decreto-Lei nº 221/85, de 3 de julho</b> – Regime especial do IVA nas agências de viagens e organizadores de circuitos turísticos [7] .....	617	<b>Decreto-Lei nº 422/89, de 2 de dezembro</b> – Lei do Jogo – Artigos relacionados com o sistema fiscal – Imposto Especial de Jogo (IEJ) [4.7.1] .....	486
<b>Lei nº 21/85, de 30 de julho</b> – Art. 17º n.º 1 i) – Dedução específica da cat. A do IRS de juizes relativa a quantias despendidas com a sua valorização profissional – Nota ao art. 25º do CIRS [2.1] .....	190	<b>1990</b>	
<b>Decreto-Lei nº 346/85, de 23 de agosto</b> – Regime especial do IVA nas transmissões de tabacos manufacturados [7] .....	618	<b>Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de janeiro</b> ( <i>Revogado</i> ) – Arts. 2º, nºs 5 e 6, e 17º, nº 4 ( <i>reintegrações e amortizações</i> ) – Nota ao art. 22º, alínea f), do D. Regul. nº 25/2009, de 14/09 [7] .....	737
<b>Decreto-Lei nº 347/85, de 23 de agosto</b> – Taxas de IVA aplicáveis nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e regras de localização das operações nessas regiões – Nota ao art. 18º, nº 3, do CIVA [3.1] .....	314	<b>Decreto-Lei nº 20/90, de 13 de janeiro</b> – Isenção/restituição do IVA à Igreja Católica, outras igrejas e comunidades religiosas [7] .....	637
<b>Despacho Normativo nº 118/85, de 31 de dezembro</b> – Definição do número limite de manifestações ocasionais abrangidas pela isenção – Nota ao art. 9º, nº 20), CIVA [3.1] .....	308	<b>Portaria nº 118/90, de 15 de fevereiro</b> ( <i>Revogada</i> ) – Microfilmagem de documentos para efeitos fiscais ( <i>regulamentação do nº 6 do art. 123º do CIRC</i> ) [7] .....	639
<b>1986</b>			
<b>Decreto-Lei nº 143/86, de 16 de junho, e</b>		<b>Decreto-Lei nº 198/90, de 19 de junho</b>	
<b>Decreto-Lei nº 185/86, de 14 de julho</b>		– Artigo 5º – Sistemas de faturação e arquivo de informação ( <i>Revogado</i> ) [7] .....	640
– Isenção/restituição do IVA às representações diplomáticas e consulares e ao seu pessoal não nacional, bem como a certas organizações internacionais ( <i>Regulamentação do art. 14º, nº 1, alíneas l), m), n) e v), do CIVA</i> ) [7] .....	619/620	– Artigo 6º – Isenção de IVA nas vendas efetuadas a exportadores nacionais ( <i>Trading</i> ) [7] .....	641
<b>Despacho Normativo nº 51/86, de 28 de junho</b> – Sujeição a IVA dos produtores de flores e plantas ornamentais – Nota ao art. 9º, nº 33), do CIVA [3.1] .....	309	<b>Lei nº 21/90, de 4 de agosto</b> – Artigo único – Redução do IMT nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – Nota ao art. 17º do CIMT [4.2] .....	426
<b>Decreto-Lei nº 398/86, de 26 de dezembro</b> – Isenção de IVA e IEC na importação de mercadorias em pequenas remessas expedidas sem carácter comercial, de países terceiros, por um particular com destino a outro particular [7] .....	621	<b>1991</b>	
<b>1987</b>			
<b>Decreto-Lei nº 295/87, de 31 de julho</b> ( <i>Revogado</i> ) – Isenção do IVA nas transmissões de bens a pessoas residentes em países terceiros que os transportem na sua bagagem pessoal [7] .....	621	<b>Lei nº 36/91, de 27 de julho</b> – Art. 3º – Isenção do imposto automóvel (atual ISV) para veículos perdidos ou abandonados ou adquiridos pelo Estado – Nota ao art. 13º, nº 3, da Lei nº 22-A/2007, de 29/06 ( <i>diploma que aprova o CISV e o CIUC</i> ) [4.4] .....	451
<b>1988</b>			
<b>Decreto-Lei nº 122/88, de 20 de abril</b> – Regimes especiais do IVA relativos à substituição na entrega do imposto: Vendas de peixe, crustáceos e moluscos efetuadas pelas lotas; Vendas de bens ao domicílio efetuadas por revendedores diretos; Vendas derivadas exclusivamente da microprodução e da miniprodução de energia elétrica efetuada pelos produtores [7] .....	622	<b>1992</b>	
<b>Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de novembro</b> – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS) [2.1] .....	163	<b>Decreto-Lei nº 290/92, de 28 de dezembro</b> – Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI) [3.2] .....	343
<b>Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de novembro</b> – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) [2.2] .....	227	<b>1993</b>	
		<b>Decreto-Lei nº 275/93, de 5 de agosto</b> – Art. 61º – Isenção de IMT ( <i>time-sharing</i> ) – Nota ao art. 6º do CIMT [4.2] .....	422
		<b>1995</b>	
		<b>Decreto-Lei nº 51/95, de 20 de março</b> – Regulamento da Contribuição Especial (RCE) devida pela valorização de imóveis decorrente da construção da nova ponte sobre o Tejo [4.6.1] .....	476
		<b>Decreto-Lei nº 54/95, de 22 de março</b> – Regulamento da Contribuição Especial (RCE) devida pela valorização de imóveis beneficiados com a realização da Expo 98 [4.6.2] .....	479
		<b>Decreto-Lei nº 229/95, de 11 de setembro</b> – Regime jurídico da cobrança do IVA e dos reembolsos [7] .....	642

(\*) *Junto a cada diploma encontra-se o seu índice sistemático.*

	Página	Página
<b>1996</b>		
<b>Decreto-Lei nº 199/96, de 18 de outubro</b> – Regime especial de tributação dos bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades [7] .....	644	
<b>1997</b>		
<b>Lei nº 103/97, de 13 de setembro</b> – Regime fiscal específico das sociedades desportivas [7] .....	648	
<b>1998</b>		
<b>Decreto-Lei nº 14/98, de 28 de janeiro</b> – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil ( <i>Regime excepcional de dedução de prejuízos fiscais no âmbito dos processos do ex-GACRE e do SIRME aprovados pelo IAPMEI</i> ) [7] .....	649	
<b>Decreto-Lei nº 29/98, de 11 de fevereiro</b> – Regulamento das custas dos processos tributários e Tabela de emolumentos [7] .....	650	
<b>Decreto-Lei nº 43/98, de 3 de março</b> – Regulamento da Contribuição Especial (RCE) devida pela valorização de imóveis beneficiados com a CRIL, CREL, CRIP, CREP, travessia ferroviária do Tejo, troços ferroviários complementares, extensões do metropolitano de Lisboa e outros investimentos [4.6.3] .....	482	
<b>Lei nº 35/98, de 18 de julho</b> – Organizações não governamentais de ambiente (ONGA) ( <i>Normas fiscais</i> ) [7] .....	655	
<b>Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de dezembro</b> – Lei Geral Tributária (LG T) [1.2] .....	33	
<b>Decreto-Lei nº 413/98, de 31 de dezembro</b> – Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira (RCPITA) [1.5] .....	131	
<b>1999</b>		
<b>Decreto-Lei nº 6/99, de 8 de janeiro</b> – Inspeção tributária a pedido do sujeito passivo ou de terceiro [7] .....	656	
<b>Decreto-Lei nº 26/99, de 28 de janeiro</b> – Condições de emissão e atribuição de vales sociais ( <i>Vales infância e vales educação</i> ) [7].....	657	
<b>Decreto Legislativo Regional nº 2/99/A, de 20 de janeiro</b> – Adaptação do sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores ( <i>Redução de taxas de IRS, IRC, IVA e IEC deduções à coleta e benefícios fiscais</i> ) [6.2.1] .....	578	
<b>Decreto-Lei nº 73/99, de 16 de março</b> – Regime dos juros de mora das dívidas ao Estado e a outras entidades públicas – Nota ao art. 44º da LG T [1.2] .....	41	
<b>Portaria nº 185/99, de 20 de março</b> – Definição de calçado ortopédico que, prescrito por receita médica, fica sujeito à taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.6 da Lista I anexa ao CIVA [3.1] .....	340	
<b>Lei nº 22/99, de 21 de abril</b> – Arts. 3º e 9º – Compensação atribuída aos membros das mesas das assembleias ou secções de voto nos atos eleitorais ou referendários ( <i>Isenção de IRS e de outros tributos</i> ) [7] .....	659	
<b>Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril</b> – Art. 32º – Dispensa de originais de documentos – Nota ao art. 50º do CPPT [1.3] .....	74	
<b>Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de junho</b> – Regime da tesouraria do Estado [7] .....	659	
<b>Portaria nº 640/99, de 12 de agosto</b> – Funcionamento, estatuto e remuneração dos membros da Comissão Nacional de Revisão – Nota ao art. 94º da LG T [1.2] ....	59	
<b>Lei nº 143/99, de 31 de agosto</b> – Art. 4º nº 1 – Dedução específica da cat. A do IRS de magistrados do Ministério Público relativa a quantias despendidas com a sua valorização profissional – Nota ao art. 25º do CIRS [2.1] .....	190	
<b>Lei nº 150/99, de 11 de setembro</b> – Código do Imposto do Selo e Tabela Geral (CISelo e TGISelo) [4.3] .....	431	
<b>Lei nº 151/99, de 14 de setembro</b> – Pessoas coletivas de utilidade pública ( <i>Isenções</i> ) [7] .....	665	
<b>Portaria nº 796/99, de 15 de setembro</b> – Cheques visados – uso obrigatório – Nota ao art. 16º, nº 5, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL nº 191/99, de 5/06 [7] .....	665	
<b>Decreto-Lei nº 362/99, de 16 de setembro</b> – Regime especial do IVA aplicável ao ouro para investimento [7] .....	666	
<b>Portaria nº 923/99, de 20 de outubro</b> – Montantes devidos pela realização de inspeção a pedido do sujeito passivo ou de terceiro – Nota ao art. 4º, nº 3, do DL nº 6/99, de 8/01 [7] .....	656	
<b>Decreto-Lei nº 433/99, de 26 de outubro</b> – Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT) [1.3] .....	61	
<b>2000</b>		
<b>Portaria nº 543/2000, de 4 de agosto</b> – Tabela para determinação da parte das contribuições da entidade patronal considerada como rendimento do trabalho dependente – Nota ao art. 26º do CIRS [2.1] .....	190	
<b>Portaria nº 1 158/2000, de 7 de dezembro</b> – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de azeite feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, CIVA [3.1] .....	303	
<b>2001</b>		
<b>Portaria nº 78/2001, de 8 de fevereiro</b> – Remuneração do perito independente no procedimento de revisão da matéria coletável – Nota ao art. 93º da LGT [1.2]..	59	
<b>Decreto Legislativo Regional nº 2/2001/M, de 20 de fevereiro</b> – Taxas de IRC na R.A. da Madeira [6.3.2] .....	588	
<b>Decreto Legislativo Regional nº 3/2001/M, de 22 de fevereiro</b> – Taxas gerais de IRS na R.A. da Madeira [6.3.1] .....	587	
<b>Lei nº 7/2001, de 11 de maio</b> – Medidas de proteção das uniões de facto – Nota ao art. 14º do CIRS [2.1] .....	184	
<b>Lei nº 15/2001, de 5 de junho</b> – Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT) [1.4] .....	109	
<b>Lei nº 16/2001, de 22 de junho</b> – Lei da liberdade religiosa ( <i>Normas fiscais</i> ) [7] .....	668	
<b>Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de agosto</b> – Regime fiscal das operações de titularização de créditos [7] .....	670	
<b>Portaria nº 1 011/2001, de 21 de agosto</b> – Tabela de atividades – Nota ao art. 151º do CIRS [2.1] .....	225	
<b>Portaria nº 1 041/2001, de 28 de agosto</b> – Limites para viaturas na categoria B do IRS e nas sociedades de profissionais em IRC – Nota ao art. 33º CIRS [2.1] ...	193	
<b>Portaria nº 1 446-C/2001, de 21 de dezembro</b> – Preços de transferência ( <i>Regulamentação do art. 63º, nº 13, CIRC</i> ) [7] .....	672	
<b>2002</b>		
<b>Lei nº 13/2002, de 19 de fevereiro</b> – Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF) [1.7] .....	149	
<b>Portaria nº 352/2002, de 3 de abril</b> – Divulgação das vendas no processo judicial de execução fiscal através da Internet – Nota ao art. 249º do CPPT [1.3] .....	104	
<b>Portaria nº 493/2002, de 27 de abril</b> – Remuneração dos membros da comissão constituída por promoção do órgão de execução fiscal – Nota ao art. 201º do CPPT [1.3] .....	97	
<b>Decreto-Lei nº 158/2002, de 2 de julho</b> – Regime jurídico dos PPR, PPE e PPR/E ( <i>Dedução à coleta de IRS prevista no art. 21º do EBF</i> ) [7] .....	678	
<b>Portaria nº 1 452/2002, de 11 de novembro</b> – Limites anuais por educando a que fica sujeito o reembolso dos PPR/E – Nota ao art. 5º, nº 2, do DL nº 158/2002, de 2/07 [7] .....	681	

	Página		Página
<b>Portaria n.º 1 453/2002, de 11 de novembro</b> – Descrição objetiva dos casos previstos e respetivos meios de prova para o reembolso dos PPR/E – Nota art. 4.º, n.º 8, DL n.º 158/2002, de 2/07 [7] .....	680	<b>Despacho n.º 1 693/2005-XVII, do SEAF, de 20 de dezembro</b> Regularização dos imóveis sem NIF – Nota ao art. 23.º do DL n.º 287/2003, de 12/11, que aprova o CIMI [4.1] .....	391
<b>2003</b>			
<b>Portaria n.º 291/2003, de 8 de abril</b> – Taxa dos juros legais e dos estipulados sem determinação de taxa ou quantitativo – Nota ao art. 35.º da LGT [1.2.] .....	40	<b>Portaria n.º 1 339/2005, de 30 de dezembro</b> – Envio por transmissão eletrónica de dados (Internet) da declaração mod. 22 do IRC e da declaração anual de informação contabilística e fiscal [7] .....	699
<b>Decreto-Lei n.º 93/2003, de 30 de abril</b> – Disciplina as condições de acesso e análise, em tempo real, da informação pertinente para a investigação dos crimes tributários pela Polícia Judiciária e pela administração tributária – Nota ao art. 41.º do RGIT [1.4] .....	116	<b>Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro</b> – Art. 55.º, n.º 3 – Norma transitória no âmbito do EBF Nota ao art. 21.º do EBF [5.1] .....	522
<b>Portaria n.º 375/2003, de 10 de maio</b> – Envio por transmissão eletrónica de dados da declaração periódica de IVA – Nota ao art. 29.º do CIVA [3.1] .....	321	<b>Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro</b> - Art. 57.º n.º 2 – Norma transitória ( <i>Prazo de caducidade</i> ) – Nota ao art. 45.º da LGT [1.2] .....	42
<b>2006</b>			
<b>Portaria n.º 383/2003, de 14 de maio</b> – Tabela de coeficientes de desvalorização acumulada para cálculo do valor de mercado de viatura adquirida por trabalhador ou membro de órgão social – Nota ao art. 24.º, n.º 7, do CIRS [2.1] ...	189	<b>Portaria n.º 90/2006, de 27 de janeiro</b> – Valor médio de construção para o ano de 2006 – Nota ao art. 62.º CIMI [4.1] – Quadro resumo .....	405
<b>Lei n.º 19/2003, de 20 de junho</b> – Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais ( <i>Donativos, benefícios fiscais e número de identificação fiscal</i> ) [7] .....	682	<b>Despacho n.º 6 428/2006, publicado em 21 de março</b> Ajudas comunitárias relativas às forragens secas – Nota ao art. 16.º CIVA [3.1] .....	313
<b>Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de julho</b> – Regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA [7] .....	683	<b>Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto</b> – Conceito fiscal de prédio devoluto – Nota ao art. 112.º do CIMI [4.1] .....	411
<b>Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro</b> – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) [4.1] .....	385	<b>Despacho n.º 26 026/2006, publicado em 22 de dezembro</b> Lista de bens concebidos especificamente para utilização por pessoas com deficiência, a cujas transmissões é aplicável a taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.9 da Lista I anexa ao CIVA [3.1] .....	340
– Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT) [4.2] .....	419	<b>Portaria n.º 1433-C/2006, de 29 de dezembro</b> – Valor médio de construção para o ano de 2007 – Nota ao art. 62.º do CIMI [4.1] – Quadro resumo .....	405
<b>Portaria n.º 1 337/2003, de 5 de dezembro</b> – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar para a atualização dos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos não arrendados e dos prédios rústicos – Nota ao art. 16.º, n.º 2, do DL n.º 287/2003, de 12/11, aprova o CIMI [4.1] .....	390	<b>Lei n.º 53-A/2006, de 29 de dezembro</b> – Art. 88.º – Disposições transitórias dos benefícios fiscais Notas aos arts. 3.º e 61.º do EBF [5.1] .....	518/550
<b>2007</b>			
<b>Decreto-Lei n.º 324/2003, de 27 de dezembro</b> – Art. 4.º, n.ºs 6 e 7 – Revogação “genérica” de normas do Regulamento das Custas dos Processos Tributários (RCPT) – Nota ao RCPT aprovado pelo DL n.º 29/98, de 11/02 [7] .....	651	<b>Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro</b> – Informação Empresarial Simplificada (IES) [7] .....	700
<b>Portaria n.º 1 423-II/2003, de 31 de dezembro</b> – Regulamento do documento único de cobrança (DUC) – Nota ao art. 12.º, n.º 2, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL n.º 191/99, de 5/06 [7] .....	664	<b>Decreto-Lei n.º 21/2007, de 29 de janeiro</b> – Regime da renúncia à isenção do IVA nas operações relativas a bens imóveis ( <i>Regulamentação dos n.ºs 4 a 6 do art. 12.º do CIVA</i> ) [7] .....	705
<b>2004</b>			
<b>Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro</b> – Lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis ( <i>Paraísos fiscais</i> ) [7] 690		<b>Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março</b> – Ficheiro modelo de auditoria tributária – SAF-T-PT ( <i>Regulamentação do n.º 8 do art. 123.º do CIRC</i> ) [7] .....	708
<b>Portaria n.º 160/2004, de 14 de fevereiro</b> – Comissão interministerial – Nota ao art. 35.º do DL n.º 263/2012, de 20/12 [7] .....	758	<b>Decreto-Lei n.º 196/2007, de 15 de maio</b> ( <i>Revogado</i> ) – Condições técnicas para a emissão, conservação e arquivamento das faturas emitidas por via eletrónica, nos termos do CIVA [7] .....	710
<b>Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março</b> – Código da Insolvência e Recuperação de Empresas ( <i>CIRE, Título III – Benefícios emolumentares e fiscais</i> ) [7] .....	692	<b>Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho</b> – Código do Imposto sobre Veículos (CISV) [4.4] .....	449
<b>Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 18/05/2004</b> , aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 74/2004, publicada em 16 de novembro ( <i>Normas fiscais</i> ) [7] .....	693	– Código do Imposto Único de Circulação (CIUC) [4.5] .....	468
<b>Portaria n.º 982/2004, de 4 de agosto</b> – Valor médio de construção para 2003 e 2004 – Nota ao art. 62.º do CIMI [4.1] – Quadro resumo.....	405	<b>Decreto-Lei n.º 273/2007, de 30 de julho</b> – Arts. 7.º e 8.º – Reforma da gestão da tesouraria do Estado, mediante a integração da gestão da tesouraria e da dívida pública no IGCP – Nota ao Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL n.º 191/99, de 5/06 [7] .....	665
<b>2005</b>			
<b>Portaria n.º 99/2005, de 17 de janeiro</b> – Valor médio de construção para o ano de 2005 – Nota ao art. 62.º CIMI [4.1] – Quadro resumo .....	405	<b>Portaria n.º 1 370/2007, de 19 de outubro</b> ( <i>Revogada</i> ) – Condições a observar na transposição dos ficheiros informáticos produzidos pelos programas de faturação para suportes eletrónicos não regraváveis, destinados a substituir, para efeitos fiscais, os respetivos arquivos em papel – Nota ao art. 5.º, n.º 3, do DL n.º 198/90, de 19/06 [7] .....	641
<b>Despacho n.º 14 839/2005, publicado em 7 de julho</b> Responsabilidade solidária pelo pagamento do IVA – Nota ao art. 80.º do CIVA [3.1] .....	335	<b>Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de novembro</b> – Microprodução de eletricidade: Art. 12.º, n.º 4 – Faturação ( <i>Revogado</i> ) Art. 12.º, n.º 5 – Regime especial do IVA Art. 12.º, n.º 6 – Exclusão de tributação em IRS ( <i>Revogado</i> ) – Nota ao art. 10.º do DL n.º 122/88, de 20/04 [7] .....	622
<b>Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro</b> – Regime especial de tributação dos rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida [7] .....	694	<b>Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro</b> – Art. 2.º do Anexo – Efetivos e limiares financeiros que definem as categorias de empresas – Micro, pequenas e médias empresas (PME) – Nota (3) ao art. 87.º do CIRC [2.2] .....	275



Página	Página	
<b>Portaria n.º 1 434/2007, de 6 de novembro</b> – Diretrizes relativas à apreciação da qualidade construtiva, da localização excecional, da localização e operacionalidade relativas e do estado deficiente de conservação, para efeitos de aplicação das tabelas I e II referidas no n.º 1 do artigo 43.º do CIMI – Nota ao art. 62.º do CIMI [4.1] ..... 404	<b>Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro</b> – Regime das depreciações e amortizações [7] ..... 732	
<b>2008</b>		
<b>Portaria n.º 16-A/2008, de 9 de janeiro</b> – Valor médio de construção, para o ano de 2008 – Nota ao art. 62.º do CIMI [4.1] – Quadro resumo ..... 405	<b>Portaria n.º 1456/2009, de 30 de dezembro</b> – Valor médio de construção, para o ano de 2010 – Nota ao art. 62.º do CIMI [4.1] – Quadro resumo ..... 405	
<b>Despacho n.º 4 743-A/2008, de 21 de fevereiro</b> – Aprova os formulários modelos 21-RFI a 24-RFI para comprovação dos pressupostos de aplicação das convenções sobre dupla tributação internacional (CDT) aos não residentes que obtenham rendimentos em território português, destinados a solicitar a dispensa total ou parcial da retenção na fonte de IRS e IRC ou o seu reembolso – Nota à tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal [7]. 823	<b>Portaria n.º 12/2010, de 7 de janeiro</b> – Tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos dos arts. 72.º n.º 10, 81.º n.º 5, 99.º n.º 8 e 101.º n.º 1 d) do CIRS ( <i>regime fiscal do residente não habitual</i> ) – Nota ao art. 72.º do CIRS [2.1] ..... 204	
<b>Decreto-Lei n.º 29/2008, de 25 de fevereiro</b> – Planeamento fiscal abusivo [7] ..... 712	<b>Decreto-Lei n.º 5/2010, de 15 de janeiro</b> – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2010 – Notas aos arts. 25.º e 87.º do CIRS [2.1] e 11.º-A do CIMI [4.1] ..... 190/213/396	
<b>Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro</b> – Regulamento das Custas Processuais (RCP), Art. 5.º – Unidade de conta processual – Nota ao art. 5.º do DL que aprova o CPPT [1.3] ..... 66	<b>Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril</b> – Art. 132.º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota ao art. 1.º do DL n.º 14/98, de 28/01 [7] ..... 649	
<b>Despacho n.º 14 592/2008, publicado em 27 de maio</b> – Orientações interpretativas em matéria de revelação de esquemas de planeamento fiscal para prevenção e combate a atuações abusivas e evasivas – Junto ao DL n.º 29/2008, de 25/02 [7] ..... 715	<b>Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho</b> – Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC) [3.3] ..... 353	
<b>Portaria n.º 497/2008, de 24 de junho</b> – Regulamenta as condições delimitadoras do conceito de amostras e ofertas de pequeno valor e define os procedimentos e obrigações contabilísticas a cumprir pelos sujeitos passivos, para efeitos de exclusão de tributação em IVA – Nota ao art. 3.º, n.º 7, do CIVA [3.1] ..... 303	<b>Portaria n.º 363/2010, de 23 de junho</b> – Certificação prévia dos programas informáticos de faturação ( <i>Regulamentação do n.º 9 do art. 123.º do CIRC</i> ) [7] ..... 744	
<b>Portaria n.º 620-A/2008, de 16 de julho</b> – Procedimentos de celebração de acordos prévios sobre os preços de transferência (APPT) ( <i>Regulamentação do n.º 9 do art. 138.º do CIRC</i> ) [7] ..... 720	<b>Despacho Normativo n.º 18-A/2010, de 1 de julho</b> – Pedido de reembolso do IVA através da declaração periódica e inscrição no regime mensal ( <i>Regulamentação do art. 22.º do CIVA</i> ) [7] ..... 746	
<b>Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto</b> – Art. 7.º – Competência da Polícia Judiciária em matéria de investigação criminal – Nota ao art. 41.º do RGIT [1.4] ..... 116	<b>Portaria n.º 467/2010, de 7 de julho</b> – Define o custo de aquisição ou o valor de reavaliação das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, incluindo os veículos elétricos, cujas depreciações da parte excedente não são considerados gastos fiscais – Nota ao art. 34.º CIRC [2.2] ..... 249	
<b>Lei n.º 64/2008, de 5 de dezembro</b> – Art. 4.º – Tributação autónoma para empresas de fabricação ou distribuição de produtos petrolíferos refinados – Nota ao art. 88.º do CIRC [2.2] ..... 276	<b>Decreto Legislativo Regional n.º 14/2010/M, de 5 de agosto</b> – Arts 3.º a 6.º – Derrama regional [6.3.2] ..... 590	
<b>Portaria n.º 1545/2008, de 31 de dezembro</b> – Valor médio de construção, para o ano de 2009 – Nota ao art. 62.º do CIMI [4.1] – Quadro resumo ..... 405	<b>Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro</b> – Art. 4.º – Ajudas de custo diárias e subsídio de transporte em automóvel próprio (Km) para os anos de 2011 a 2019 – Nota ao art. 2.º, n.º 3 d), do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 175	
<b>Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro</b> – Subsídio de refeição diário (2009 a 2016) – Nota ao art. 2.º, n.º 3 b) 2), do CIRS [2.1] – Quadros resumo ..... 174	<b>Despacho n.º 19 316/2010, publicado em 30 de dezembro</b> – Bolsas de formação desportiva para efeitos fiscais – Nota ao art. 12.º CIRS [2.1] ..... 183	
<b>Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro</b> – Arts. 102.º a 105.º – Regime especial aplicável aos fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (FIAH) e às sociedades de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (SIAH) [7] ..... 724 – Art. 110.º, n.ºs 1 e 2 – Normas transitórias no âmbito da LGT Nota ao art. 68.º da LGT [1.2] ..... 53 – Art. 116.º – Regime de isenção do IVA e dos IEC na importação de mercadorias transportadas na bagagem dos viajantes provenientes de países ou territórios terceiros [7] ..... 726	<b>Aviso n.º 27831-F/2010, de 31 de dezembro (DR 2.ª série)</b> – Taxa de juros de mora para o ano de 2011 – Nota ao art. 44.º LGT [1.2] – Quadro resumo ..... 42	
<b>2009</b>		
<b>Despacho n.º 11 873/2009, publicado em 18 de maio</b> – Esclarecimentos sobre o DL n.º 29/2008, de 25/02 – Nota ao art. 22.º deste DL ( <i>comunicação de esquemas de planeamento fiscal</i> ) [7] ..... 715	<b>Decreto-Lei n.º 143/2010, de 31 de dezembro</b> – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) de janeiro de 2011 a setembro de 2014 – Nota ao art. 13.º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 184	
<b>Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho</b> – Alteração e republicação do CIRC, adaptando-o à normalização contabilística [2.2] ..... 230	<b>Portaria n.º 1330/2010, de 31 de dezembro</b> – Valor médio de construção, para o ano de 2011 – Nota ao art. 62.º CIMI [4.1] – Quadro resumo ..... 405	
<b>Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de agosto</b> – Regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso [7] ..... 728	<b>Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro</b> – Art. 98.º – Disposições transitórias no âmbito do IRS Notas aos arts. 25.º e 87.º do CIRS [2.1] ..... 190/213 – Art. 107.º – Disposições transitórias no âmbito do IVA Nota ao art. 18.º do CIVA [3.1] ..... 315 – Art. 125.º – Disposições transitórias no âmbito da LGT Nota ao art. 30.º da LGT [1.2] ..... 39 – Art. 130.º, n.º 2 – Revogação de benefícios fiscais (norma transitória) Nota ao art. 2.º do DL n.º 20/90, de 13/01 [7] ..... 638 – Art. 141.º – Regime da contribuição sobre o setor bancário [4.8] ..... 497	
<b>Portaria n.º 972/2009, de 31 de agosto</b> – Regulamenta o regime jurídico das informações vinculativas – Nota ao art. 68.º da LGT [1.2] ..... 53	<b>2011</b>	
	<b>Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011/M, de 10 de janeiro</b> – Arts. 17.º a 24.º – Regime da contribuição sobre o setor bancário na R.A. da Madeira [6.3.3] ..... 591	
	<b>Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de janeiro</b> – Regime jurídico da arbitragem em matéria tributária (RJAT) [1.6] ..... 142	

	Página		Página
<b>Portaria nº 44/2011, de 26 de janeiro</b> – Taxas a aplicar nos processos de regularização de veículos usados no território nacional Nota ao art. 11º do CISV [4.4] .....	455	<b>Decreto-Lei nº 198/2012, de 24 agosto</b> – Medidas de controlo da emissão de faturas e outros documentos com relevância fiscal, forma da sua comunicação à AT [7] .....	748
<b>Decreto Legislativo Regional nº 3/2001/M, de 22 de fevereiro</b> – Taxas de IRS na R.A. da Madeira [6.3.1] .....	587	<b>Lei nº 55-A/2012, de 29 de outubro</b> – Art. 6º – Disposições transitórias para prédios urbanos com VPT ≥ € 1 000 000 – Nota à verba 28.1 da TGISelo [4.3] .....	448
<b>Portaria nº 92-A/2011, de 28 de fevereiro</b> – Define os elementos que integram o dossier fiscal – Nota ao art. 130º do CIRC [2.2] .....	291	<b>Lei nº 63/2012, de 10 de dezembro</b> – Benefícios fiscais à utilização das terras agrícolas, florestais e silvopastoris e à dinamização da “Bolsa de terras” [7] .....	751
<b>Decreto-Lei nº 34/2011, de 8 de março</b> – Miniprodução de eletricidade: Art. 14º, nº 3 – Faturação ( <i>Revogado</i> ) Art. 14º, nº 4 – Regime especial do IVA Notas ao art. 10º do DL nº 122/88, de 20/04 [7] .....	622	<b>Decreto-Lei nº 263/2012, de 20 de dezembro</b> – Assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, direitos e outras medidas, definindo os termos de aplicação a que fica sujeito o Estado Português [7] .....	752
<b>Portaria nº 112-A/2011, de 22 de março</b> – Vincula a DGCI e a DGAIEC ( <i>atual AT</i> ) à jurisdição do CAAD – Nota ao art. 4º do RJAT [1.6] .....	143	<b>Portaria nº 424/2012, de 28 de dezembro</b> – Valor médio de construção, para o ano de 2013 – Nota ao art. 62º do CIMI[4.1] – Quadro resumo .....	405
<b>Regulamento de Custas nos Processos de Arbitragem Tributária</b> , aprovado pelo Centro de Arbitragem Administrativa em 2011 – Nota ao art. 12º do RJAT [1.6] .....	145	<b>Portaria nº 426-A/2012, de 28 de dezembro</b> – Aprova o modelo oficial de declaração para a comunicação dos elementos das faturas, por transmissão eletrónica de dados – Nota ao art. 3º do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] .....	749
<b>Portaria nº 121/2011, de 30 de março</b> – Regulamenta o Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário – Nota aos arts. 5º e 8º [4.8] .....	498	<b>Aviso nº 17289/2012, de 28 de dezembro (DR, 2.ª série)</b> – Taxa de juro de mora para o ano de 2013 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo .....	42
<b>Portaria nº 219/2011, de 1 de junho</b> – Aprova os procedimentos e especificações técnicas a observar na venda de bens penhorados em processo de execução fiscal através de venda judicial, na modalidade de leilão eletrónico – Nota ao art. 248º CPPT [1.3] .....	103	<b>Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro</b> – Art. 42º – Redução das ajudas de custo nas deslocações ao e no estrangeiro Nota art. 2º do CIRS [2.1] – Quadro resumo .....	175
<b>Portaria nº 77/2011, de 7 de julho</b> – Regulamenta o Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário, para vigorar na R.A. da Madeira – Nota aos arts. 21º e 24º do D. L. Regional nº 2/2011/M [6.3.3] .....	592	– Art. 198º – Disposição transitória no âmbito do IVA Notas aos arts. 9º, 78º e 78º-A do CIVA [3.1] .....	309/332/333
<b>Lei nº 60-A/2011, de 30 de novembro</b> – Art. 10º – Entrada em vigor e produção de efeitos das normas de alteração relativas à avaliação geral de imóveis – Nota ao art. 15º do DL nº 287/2003, de 12/11, diploma que aprovou o CIMI [4.1] .....	388	e ao art. 1º do Anexo ao DL nº 147/2003, de 11/07 [7] .....	684
<b>Portaria nº 307/2011, de 21 de dezembro</b> – Valor médio de construção, para o ano de 2012 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo .....	405	– Art. 201º – Regime transitório no âmbito do DL nº 147/2003, de 11/07 – Nota ao art. 1º do Anexo a esse DL [7] .....	684
<b>Aviso nº 24866-A/2011, de 28 de dezembro (DR 2.ª série)</b> – Taxa de juros de mora, para o ano de 2012 – Nota ao art. 44º LGT [1.2] – Quadro resumo .....	42	– Art. 210º – Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3] .....	376
<b>Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro</b> – Art. 146º, nºs 2, 3 e 4 – Prorrogação de disposições do EBF Notas aos arts. 3º, 25º, 26º e 36º do EBF [5.1] .....	518/528/533	– Art. 221º – Disposição transitória no âmbito da LGT Nota ao art. 19º da LGT [1.2] .....	38
– Art. 151º – Disposições transitórias no âmbito da LGT Notas aos arts. 19º e 44º da LGT [1.2] .....	38/41	– Art. 225º – Norma transitória no âmbito do RGIT Nota ao art. 29º do RGIT [1.4] .....	115
– Art. 154º – Disposições transitórias no âmbito do CPPT Notas aos arts. 169º e 199º do CPPT [1.3] .....	90/96	– Art. 233º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º do CISelo [4.3] .....	437
– Art. 165º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º CISelo [4.3] .....	437	– Art. 246º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] .....	649
– Art. 168º – Norma transitória das Contribuições Especiais Nota aos arts. 2º dos Regulamentos [4.6.1, 4.6.2 e 4.6.3] .....	477/480/483	– Art. 247º – Regime fiscal dos empréstimos externos ( <i>SchuldscheinDarlehen</i> ) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] .....	530
– Art. 179º – IPSS e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ( <i>restituição do IVA</i> ) – Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] .....	638	– Art. 248º – Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1] .....	536
– Art. 182º – Prorrogação do regime da contribuição sobre o setor bancário – Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12, que aprova o Regime [4.8] .....	497	– Art. 249º – Operações de reporte – Nota art. 32º-D do EBF [5.1] .....	531
– Art. 183º – Alteração da política contabilística relativa a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego Nota ao art. 43º do CIRC [2.2] .....	252	– Art. 250º – Operações de reporte com instituições financeiras não residentes – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1] .....	530
		– Art. 251º – IPSS e Santa Casa da Misericórdia ( <i>restituição do IVA</i> ) Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] .....	638
		– Art. 252º – Contribuição sobre o setor bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] .....	497
	<b>2012</b>		
<b>Lei nº 14-A/2012, de 30 de março</b> – Art. 6º – Regra transitória de introdução no consumo de cigarros Nota art. 105º-A do CIEC [3.3] .....	382	<b>2013</b>	
<b>Decreto-Lei nº 197/2012, de 24 agosto</b> – Art. 16º – Disposição final – Nota ao art. 29º do CIVA [3.1] .....	321	<b>Decreto-Lei nº 6/2013, de 17 de janeiro</b> – Arts. 9º e 10º – Competências próprias do diretor da Unidade dos Grandes Contribuintes/ Serviços periféricos de competência específica – Nota ao art. 6º do DL nº 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] .....	66
– Art. 15º – Caducidade de autorizações – Nota art. 40º CIVA[3.1] .....	325	<b>Decreto-Lei nº 14/2013, de 28 de janeiro</b> – Sistematização e harmonização da legislação referente ao NIF [7] .....	759
		<b>Decreto-Lei nº 21/2013, de 15 de fevereiro</b> – Regime da utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades declarativas nas áreas aduaneiras, IEC e ISV, bem como para a comunicação dos atos praticados pela AT [7] .....	764
		<b>Portaria nº 161/2013, de 23 de abril</b> – Regulamenta o modo de cumprimento das obrigações de comunicação dos elementos dos documentos de transporte – Nota ao art. 5º do Regime anexo ao DL nº 147/2003, de 11/07 [7] .....	687

Página	Página
<b>Decreto-Lei nº 71/2013, de 30 de maio</b> – Regime de IVA de caixa [7] ..... 766	– Art. 233º – Operações de reporte – Nota art. 32º-D do EBF [5.1] ..... 531
<b>Lei nº 44/2013, de 3 de julho</b> – Arts. 3º e 4º – Proibição de alteração das condições do contrato de crédito à habitação e de cobrança de comissões pelo reembolso do PPR – Nota ao art. 4º do DL nº 158/2002, de 02/07 [7] ..... 680	– Art. 234º – Fundos e sociedades de investimento imobiliário para arrendamento habitacional Nota art. 103º da Lei nº 64-A/2008, de 31/12 [7] ..... 724
<b>Lei nº 49/2013, de 16 de julho</b> Crédito fiscal extraordinário ao investimento (CFEI) [7] ..... 769	– Art. 236º – Norma transitória no âmbito do regime especial aplicável aos FIIAH e SIIAH Nota art. 8º do regime aprovado pela Lei nº 64-A/2008, 31/12 [7] ..... 726
<b>Lei nº 62/2013, de 26 de agosto</b> – Art. 44º – Alçadas – Nota ao art. 105º da LGT [1.2] ..... 60 – Nota ao art. 6º do ETAF [1.6] ..... 152	– Art. 246º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] ..... 649
<b>Lei nº 70/2013, de 30 de agosto</b> – Art. 57º – Disposições fiscais dos regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho (FCT) e do fundo de garantia de compensação do trabalho (FGCT) – Nota ao art. 20º do CIRC [2.1] ..... 242	<b>2014</b>
<b>Lei nº 71/2013, de 2 de setembro</b> – Arts. 2º, 3º, 7º, 8º e 8º-A – Regulamenta o exercício profissional das atividades terapêuticas não convencionais, conferindo-lhe o mesmo regime de isenção de IVA aplicável às profissões paramédicas – Nota ao art. 9º nº 1) do CIVA [3.1] ..... 308	<b>Aviso nº 219/2014, de 7 de janeiro (DR, 2.ª série)</b> – Taxa de juro de mora para o ano de 2014 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo ..... 42
<b>Lei Orgânica nº 2/2013, de 2 de setembro</b> – Lei das Finanças das Regiões Autónomas ( <i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i> ) [6.1] ..... 573	<b>Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro</b> – Reforma da tributação das sociedades – Alteração e republicação do CIRC ..... 231
<b>Lei nº 73/2013, de 3 de setembro</b> – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais ( <i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i> ) [6.4] ..... 604	<b>Decreto-Lei nº 26-A/2014, de 17 de fevereiro</b> Sorteio «Fatura da Sorte» [7] ..... 770
<b>Portaria nº 298/2013, de 4 de outubro</b> – Procedimentos a observar pelas entidades que queiram beneficiar dos regimes de donativos ou de consignação da quota do IRS liquidado – Nota ao art. 32º da Lei nº 16/2001, de 22/06 [7] ..... 669	<b>Despacho nº 2 937/2014, de 21 de fevereiro</b> – Aprova os formulários modelos 25-RFI e 26-RFI destinados a pedidos de reembolso de IRS e IRC sobre rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida – Nota ao art. 22º do Regime Especial, DL nº 193/2005, de 7/11 [7] ..... 699
<b>Lei nº 83/2013, de 9 de dezembro</b> – Art. 9º – Entrada em vigor e produção de efeitos – Nota ao art. 8º do Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida, aprovado pelo DL nº 193/2005, de 07/11 [7] ..... 696	<b>Lei nº 24/2014, de 28 de abril</b> – Regime fiscal das entidades organizadoras das finais <i>UEFA Champions League</i> e <i>UEFA Women's Champions League</i> da época 2013/2014, bem como clubes desportivos, respetivos jogadores e equipas técnicas, em virtude da sua participação naquelas partidas [7] ..... 772
<b>Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro</b> – Art. 25º-A – Regime fiscal da entidade central de armazenagem nacional na gestão das reservas estratégicas de produtos de petróleo – Nota ao Capítulo VIII do EBF [5.1] ..... 543	<b>Decreto Regulamentar Regional nº 9/2014/A, de 27 de junho</b> – Regulamentação dos benefícios fiscais contratuais na Região Autónoma dos Açores [6.2.3] ..... 583
<b>Portaria nº 370/2013, de 27 de dezembro</b> – Valor médio de construção, para o ano de 2014 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo ..... 405	<b>Portaria nº 149/2014, de 24 de julho</b> – Regulamentação do regime de utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades nas áreas aduaneiras, dos impostos especiais de consumo e do imposto sobre os veículos – Nota ao art. 6º do DL nº 21/2013, de 15/02 [7] ..... 765
<b>Portaria nº 378-B/2013, de 31 de dezembro</b> – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2014 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 184	<b>Lei nº 61/2014, de 26 de agosto</b> – Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos [7] ..... 772
<b>Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro</b> – Art. 113º – Suspensão da atualização do indexante de apoios sociais (IAS) – Nota art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 184 – Art. 191º – Regime transitório do art. 7º da Portaria nº 426-A/2012, de 28/12 – Nota ao art. 3º do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] ..... 749 – Art. 196º – Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3] ..... 376 – Art. 209º – Disposição transitória no âmbito do EBF Nota ao art. 49º do EBF [5.1] ..... 543 – Art. 215º – Disposição transitória no âmbito da LGT Nota ao art. 63º-D da LGT [1.2] ..... 50 – Art. 221º – Revogação do DL nº 281/91, de 09/08 ( <i>Disposição transitória</i> ) Nota ao art. 77º-A do CPPT [1.3] ..... 78 – Art. 225º – IPSS e Santa Casa da Misericórdia ( <i>Restituição do IVA</i> ) Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] ..... 638 – Art. 226º – Contribuição sobre o setor bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] ..... 497 – Art. 228º – Contribuição extraordinária sobre o setor energético [4.9] ..... 500 – Art. 229º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º do CISelo [4.3] ..... 437 – Art. 230º – Regime fiscal dos empréstimos externos ( <i>Schuldscheindarlehen</i> ) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] ..... 530 – Art. 231º – Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1] ..... 535 – Art. 232º – Operações de reporte com instituições financeiras não residentes – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1] ..... 530	<b>Decreto-Lei nº 128/2014, de 29 de agosto</b> – Art. 2º, 3º, 4º e 22º Exploração dos estabelecimentos de alojamento local – Nota ao art. 4º, nº 1, do CIRS [2.1] ..... 177
	<b>Decreto-Lei nº 144/2014, de 30 de setembro</b> – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) de outubro de 2014 a dezembro de 2015 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 184
	<b>Decreto-Lei nº 153/2014, de 20 de outubro</b> – Arts. 26º e 35º – Faturação prevista nos regimes jurídicos aplicáveis à produção de eletricidade destinada ao autoconsumo e ao da venda à rede elétrica de serviço público a partir de recursos renováveis, por intermédio de unidades de pequena produção – Nota ao art. 36º nº 11 do CIVA [3.1] ..... 324
	<b>Decreto-Lei nº 158/2014, de 24 de outubro</b> – Regime especial do IVA para sujeitos passivos não estabelecidos no Estado-membro de consumo ou não estabelecidos na Comunidade que prestem serviços de telecomunicações, de radiodifusão ou televisão e serviços por via eletrónica a pessoas que não sejam sujeitos passivos, estabelecidas ou domiciliadas na Comunidade [7] ..... 777
	<b>Decreto-Lei nº 162/2014, de 31 de outubro</b> – Código Fiscal do Investimento (CFI) [5.2] ..... 557
	<b>Resolução do Conselho de Ministros nº 73-A/2014, de 16 de dezembro</b> Nºs 1 a 5 – Normas relativas à iniciativa Portugal Inovação Social – Nota ao art. 19º-A do EBF [5.1] ..... 521
	<b>Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro</b> – Arts. 2º, 31º e 32º – Isenções e outros benefícios no arrendamento apoiado para habitação – Nota ao art. 44º do EBF [5.1] ..... 539
	<b>Portaria nº 273/2014, de 24 de dezembro</b> – Define os elementos que devem instruir o pedido de autorização de dedução de prejuízos fiscais – Nota ao art. 52º, nºs 12 e 13, do CIRC [2.2] ..... 259

Página	Página
<b>Despacho nº 15 598/2014, de 26 de dezembro</b> – Aprova os formulários modelos 01-DJR e 02-DJR, para efeitos de isenção ou redução de retenção na fonte de IRC e de reembolso de IRC retido na fonte, relativamente a pagamentos de juros e ou <i>royalties</i> efetuados a sociedades associadas de diferentes Estados-membros da UE e da Confederação Suíça – Nota ao art. 98º do CIRC [2.2] ..... 281	<b>Portaria nº 286-B/2014, de 31 de dezembro</b> – Regulamenta a contribuição sobre os sacos de plástico leves – Nota ao art. 40º da Lei nº 82-D/2014, de 31/12 [4.11] ..... 511
<b>Portaria nº 275/2014, de 26 de dezembro</b> – Critérios e procedimentos de controlo a adotar na transmissão de benefícios fiscais e do direito à dedução dos gastos de financiamento líquidos, no âmbito de operações de cisão ou de entrada de ativos e elementos que devem constar do requerimento, a apresentar na AT ( <i>Regulamentação prevista no nº 3 do art. 75º-A do CIRC</i> ) [7] ..... 780	<b>2015</b>
<b>Portaria nº 278/2014, de 29 de dezembro</b> – Regime transitório do art. 7º da Portaria nº 426-A/2012, de 28/12, prorrogado para 2015 – Nota ao art. 3º do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] ..... 749	<b>Portaria nº 2/2015, de 6 de janeiro</b> – Define as características e estrutura do ficheiro através do qual deve ser efetuada a AT a comunicação dos inventários – Nota ao art. 3º-A do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] ..... 750
<b>Portaria nº 279/2014, de 30 de dezembro</b> – Fixa a taxa de juro anual a aplicar ao valor dos suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade – Nota ao art. 23º-A, nº 1 m), do CIRC [2.2] ..... 245	<b>Aviso nº 130/2015, de 7 de janeiro (DR, 2.ª série)</b> – Taxa de juro de mora para o ano de 2015 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo ..... 42
<b>Portaria nº 280/2014, de 30 de dezembro</b> – Valor médio de construção para o ano de 2015 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo ..... 405	<b>Decreto-Lei nº 7/2015, de 13 de janeiro</b> – Arts. 7º e 8º – Regime transitório e reavaliação da reforma da tributação dos organismos de investimento coletivo – Nota ao art. 22º do EBF [5.1] ..... 524
<b>Portaria nº 281/2014, de 30 de dezembro</b> – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados no ano de 2014 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2] ..... 254	<b>Despacho de 23 de janeiro de 2015</b> – Esclarecimento sobre o Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE II) – Nota ao art. 37º do CFI [5.2] ..... 566
<b>Portaria nº 282/2014, de 30 de dezembro</b> – Define os códigos de atividade económica (CAE) correspondentes a várias atividades objeto dos projetos de investimento produtivo – Regulamentação do nº 3 do art. 2º do CFI [5.2] ..... 568	<b>Despacho nº 850-A/2015, de 27 de janeiro</b> – Estabelece o mecanismo voluntário de declaração de sacos de plástico leves relativamente aos quais não tenha sido liquidada e paga a contribuição criada pela Lei nº 82-D/2014, de 31/12, e regulamentada pela Portaria nº 286-B/2014, de 31/12, pelos operadores económicos que não sejam sujeitos passivos da contribuição sobre os sacos de plástico leves – Nota ao art. 40º da referida Lei, em [4.11] ..... 512
<b>Decreto Legislativo Regional nº 18/2014/M, de 31 de dezembro</b> – Arts. 55º a 62º – Adaptação orgânica e funcional da legislação fiscal nacional à R. A. da Madeira [6.3.5] ..... 602	<b>Portaria nº 19/2015, de 4 de fevereiro</b> – Aprova o modelo de pedido de compensação forfetária do IVA pelos produtores agrícolas e respetivas instruções de preenchimento – Nota ao 59º-B, nº 4, do CIVA [3.1] ..... 328
<b>Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro</b>	<b>Portaria nº 94/2015, de 23 de março</b> – Procede à regulamentação do regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo – Regulamentação do Capítulo II, arts. 2º a 21º, do CFI [5.2] ..... 568
– Art. 117º – Suspensão da atualização do indexante de apoios sociais (IAS) – Nota art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 184	<b>Portaria nº 98-A/2015, de 31 de março</b> – Sistema de emissão de recibo de renda eletrónico no portal das finanças e obrigações declarativas – Regulamentação do nº 2 do art. 60º do CISElo e alíneas a) e b) do nº 5 do art. 115º do CIRS, em [7].... 782
– Art. 156º – Transmissão de dados entre a AT, a segurança social e a CGA – Nota art. 121º do CIRS [2.1] ..... 222	<b>Decreto-Lei nº 66/2015, de 29 de abril</b> – Regime jurídico dos jogos e apostas <i>online</i> ( <i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i> ) – Imposto Especial de Jogo Online (IEJO) [4.7.2]..... 492
– Art. 168º – Contribuição extraordinária sobre a indústria farmacêutica [4.10] ... 507	<b>Decreto-Lei nº 68/2015, de 29 de abril</b> – Regime jurídico da exploração e prática das apostas hípcas mútuas de base territorial ( <i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i> ) – Imposto Especial de Jogo (IEJ) [4.7.1]..... 490
– Art. 200º – Norma transitória – Opção pelo regime forfetário dos produtos agrícolas – Nota art. 59º-C do CIVA [3.1] ..... 329	<b>Despacho Normativo nº 7-A/2015, de 30 de abril</b> – Regula os procedimentos de reembolso do IRC – Nota ao art. 24º-A do DL nº 492/88, de 30/12 [7] ..... 626
– Art. 216º – Adicional em sede de IUC – Nota aos arts. 9º e 10º do CIUC [4.5] .. 471	<b>Portaria nº 157-B/2015, de 28 de maio</b> – Define os parâmetros e valores para apuramento da taxa de desconto a aplicar na contribuição extraordinária sobre o setor energético, tendo em conta a duração dos contratos, as quantidades contratadas e o preço estimado do gás natural – Nota ao art. 3º, em [4.9] ..... 501
– Art. 228º – IPSS e Sta. Casa da Misericórdia ( <i>Restituição do IVA</i> ) – Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] ..... 638	<b>Portaria nº 172/2015, de 5 de junho</b> – Define o procedimento para apresentação do pedido de autorização prévia de regularizações de IVA e aprova o modelo a utilizar para o efeito e respetivas instruções de preenchimento – Nota ao 78º-B do CIVA [3.1] ..... 333
– Art. 229º – Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3] ..... 376	<b>Lei nº 64/2015, de 1 de julho</b> – Art. 4º – Limites máximos/Zona Franca da Madeira – Nota ao 36º-A do EBF [5.1] ..... 534
– Art. 234º – Disposição transitória no âmbito do DL nº 198/2012, de 24/08 – Nota ao art. 3º-A deste DL [7] ..... 750	<b>Lei nº 119/2015, de 7 de setembro</b> – Código Cooperativo – Art. 4º, nº 4 – Equiparação das cooperativas de solidariedade social a IPSS – Nota ao art. 1º do DL nº 84/2017, de 21/07 [7] ..... 800
– Art. 235º – Contribuição sobre o setor bancário – Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] ..... 497	<b>Portaria nº 297/2015, de 21 de setembro</b> – Procede à regulamentação do regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI) e do regime da dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR) – Regulamentação dos Capítulos III e IV, arts. 22º a 34º, do CFI [5.2] ..... 570
– Art. 237º – Contribuição extraordinária sobre o setor energético – Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9] ..... 500	<b>Decreto-Lei nº 214-G/2015, de 2 de outubro</b> – Alteração e republicação do ETAF e outros diplomas [1.7] ..... 150
– Art. 240º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] ..... 649	
– Art. 242º – Constituição de garantias – Nota art. 7º do CISElo [4.3] ..... 437	
– Art. 243º – Regime fiscal dos empréstimos externos ( <i>Schuldscheindarlehen</i> ) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] ..... 530	
– Art. 244º – Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes – Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1] ..... 535	
– Art. 245º – Operações de reporte com instituições financeiras não residentes – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1] ..... 530	
– Art. 246º – Operações de reporte – Nota art. 32º-D do EBF [5.1] ..... 531	
<b>Lei nº 82-D/2014, de 31 de dezembro</b> – Reforma da fiscalidade verde, incentivo fiscal ao abate de veículos em fim de vida e contribuição sobre os sacos de plástico leves [4.11] ..... 508	
<b>Lei nº 82-E/2014, de 31 de dezembro</b> – Reforma da tributação das pessoas singulares – Alteração e republicação do CIRS [2.1] ..... 166	
<b>Portaria nº 286-A/2014, de 31 de dezembro</b> – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2015 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo . 184	



Página	Página
– Art. 214º -Desconto no preço da gasolina consumida na pequena pesca artesanal e costeira – Nota ao art. 93º do CIEC [3.3] .....	377
– Art. 215º - Disposições transitórias Notas aos arts. 87º-A e 93º do CIEC [3.3].....	371/377
– Art. 220º - Norma transitória no âmbito do CIMI Nota ao art. 11º-A do CIMI [4.1] .....	396
– Art. 223º - Disposição transitória no âmbito do CIUC Nota ao art. 5º do CIUC [4.5].....	469
– Art. 226º - Norma transitória no âmbito do EBF Notas aos arts. 3º e 41º-A do EBF [5.1].....	518/536
– Art. 231º - Disposição transitória no âmbito do CPPT Nota ao art. 183º-B do CPPT [1.3] .....	92
– Art. 235º - Contribuição sobre a indústria farmacêutica Nota ao art. 168º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 [4.10] .....	507
– Art. 236º - Adicional ao IUC – Nota aos arts. 9º e 10º CIUC [4.5].....	471
– Art. 237º - Adicional às taxas do ISP – Nota art. 92º do CIEC [3.3] .....	376
– Art. 238º - Contribuição sobre o sector bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8].....	497
– Artigo 239º - IPSS e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (restituição do IVA) – Nota ao art. 2º do Decreto-Lei 20/90, de 13/01 [7].....	638
– Art. 244º - Disposição transitória no âmbito do CFI Nota ao art. 23º do CFI [5.2].....	563
– Art. 264º - Contribuição extraordinária sobre o sector energético Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9].....	500
– Art. 266º - Unidade de conta processual (UC) Nota ao art. 5º do DL nº 433/99, de 26/10, diploma que aprova o CPPT [1.3] – Quadro resumo .....	66
<b>Decreto-Lei nº 86-B/2016, de 29 de dezembro</b> – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2017 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo .....	184
<b>Portaria nº 345-B/2016, de 30 de dezembro</b> – Valor médio de construção para o ano de 2017 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo.....	405
<b>2017</b>	
<b>Portaria nº 4/2017, de 3 de janeiro</b> – Indexante de apoios sociais (IAS) para o ano de 2017 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo .....	184
<b>Aviso nº 139/2017, de 4 de janeiro (DR, 2.ª série)</b> – Taxa de juro de mora para o ano de 2017 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo .....	42
<b>Portaria nº 11/2017, de 9 de janeiro</b> – Aprova a lista de prédios para efeitos de avaliação de IMI – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] .....	405
<b>Portaria nº 22/2017, de 12 de janeiro</b> – Fixa os procedimentos para as pessoas coletivas de utilidade pública que desenvolvam atividades de natureza e interesse cultural que queiram beneficiar de consignação da quota de 0,5% do IRS liquidado – Nota ao art. 152º do CIRS [2.1] .....	226
<b>Lei nº 3/2017, de 16 de janeiro</b> – Regime transitório de opção pela tributação conjunta, em sede de IRS, em declarações relativas a 2015 entregues fora dos prazos legalmente previstos – Nota ao art. 59º do CIRS [2.1].....	199
<b>Decreto-Lei nº 19/2017, de 14 de fevereiro</b> – Sistema eletrónico de comunicação dos dados dos viajantes e das respetivas aquisições que pretendam beneficiar da isenção de IVA nas compras realizadas em Portugal ( <i>Residentes fora da UE que transportem os bens na sua bagagem pessoal para fora da UE</i> ) [7].....	790
<b>Decreto-Lei nº 22/2017, de 22 de fevereiro</b> – Arts. 2º e 3º – Incentivo com natureza de auxílios de Estado à produção cinematográfica – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1] .....	546
<b>Portaria nº 74/2017, de 22 de fevereiro</b> – Define os procedimentos para as despesas referentes à alimentação em refeitório escolar dedutíveis à coleta do IRS do ano de 2016 – Nota ao art. 78º do CIRS [2.1] .....	207
<b>Decreto Regulamentar Regional nº 2/2017/M, de 23 de fevereiro</b> – Regulamenta o regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo de valor igual ou superior a 500 000 euros, na R. A. da Madeira – Nota aos art. 2º do D. Leg. Regional nº 24/2016/M, de 28/06 [6.3.4] .....	594
<b>Portaria nº 92-A/2017, de 2 de março</b> – Define os parâmetros e valores para o apuramento do valor do excedente do valor económico equivalente dos contratos de aprovisionamento de longo prazo em regime de <i>«take-or-pay»</i> – Nota ao art. 3º [4.9] .....	502
<b>Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março</b> – Art. 87º – Procedimento aplicável aos empréstimos externos – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] .....	530
<b>Portaria nº 98/2017, de 7 de março</b> – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2017 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo .....	184
<b>Lei nº 10-A/2017, de 29 março</b> – Reduz o pagamento especial por conta (períodos de 2017 e 2018) e cria condições para a sua substituição por um regime adequado de apuramento da matéria coletável – Nota ao art. 106º do CIRC [2.2] .....	284
<b>Decreto Legislativo Regional nº 3/2017/A, de 13 de abril</b> – Arts. 33º e 34º – Deduções à coleta e benefícios fiscais – Nota aos arts. 6º e 9º D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] .....	580/581
<b>Portaria nº 89-A/2017, de 19 de abril</b> – Regulamento do Incentivo Fiscal à Produção Cinematográfica ( <i>Regulamentação prevista no nº 14 do art. 59º-F do EBF</i> ) [7] .....	794
<b>Portaria nº 185/2017, de 1 de junho</b> – Regula o decreto-lei relativo ao <i>Taxfree</i> – Simplificação dos procedimentos de reembolso de IVA aos viajantes – Nota ao art. 7º do DL n.º 19/2017, de 14/02 [7] .....	791
<b>Lei nº 42/2017, de 14 de junho</b> – Art. 7º, nº 2 – Benefícios ou isenções fiscais para imóveis de interesse histórico e cultural ou social local a conceder pelos municípios – Nota ao art. 16º da Lei nº 73/2013, de 03/09 [6.4].....	606
<b>Portaria nº 208/2017, de 13 de julho</b> – Delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), que se constituam como um incentivo ao desenvolvimento dos territórios do interior ( <i>Regulamentação prevista no nº 4 do art. 41º-B do EBF</i> ) [7] .....	798
<b>Portaria nº 215/2017, de 20 de julho</b> – Regulamenta a forma e prazo de exercício da opção para pagamento do IVA devido pelas importações de bens através da declaração periódica – Nota ao art. 27º do CIVA [3.1] .....	318
<b>Decreto-Lei nº 84/2017, de 21 de julho</b> – Restituição de IVA às forças armadas, às forças e serviços de segurança, aos bombeiros, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e às IPSS [7] .....	799
<b>Decreto-Lei nº 93/2017, de 1 de agosto</b> – Arts. 16º, 17º, 18º e 21º – Regulamentação, prevalência, direito subsidiário e entrada em vigor do serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital – Nota ao art. 19º da LGT [1.2] .....	37
<b>Portaria nº 256/2017, de 14 de agosto</b> – Regulamenta a publicação pela AT da informação relativa às transferências e envios de fundos, a que se refere o nº 3 do art. 63º-A da LGT, e a que deve ser incluída no relatório sobre a evolução do combate à fraude e à evasão fiscais, de acordo com o art. 64º-B da LGT – Nota ao art. 63º-A da LGT [1.2] .....	48
<b>Lei nº 85/2017, de 18 de agosto</b> – Art. 4º - Norma repristinatória, para prorrogação do art. 62º-A do EBF relativo ao mecenato científico – Nota ao art. 3º do EBF [5.1] .....	518
<b>Lei nº 98/2017, de 24 de agosto</b> – Arts. 13º e 14º - Fontes auxiliares de interpretação e disposição transitória, relativas à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade e à declaração financeira e fiscal por país do grupo de empresas multinacionais – Nota ao art. 121º-A do CIRC [2.2] .....	289
<b>Despacho nº 7689/2017, de 1 de setembro (DR, 2.ª Série)</b> – Determina à AT o levantamento das informações vinculativas não publicadas agilizando a sua futura publicação, a publicação de ora em diante de todas as informações vinculativas prestadas e a publicação anual das regras de liquidação do IRS – Nota ao art. 68º da LGT [1.2] .....	53
<b>Portaria nº 293/2017, de 2 de outubro</b> – Selo de validação AT (SVAT) e regras da sua atribuição aos programas de contabilidade, relativamente à produção do ficheiro de auditoria SAF-T (PT) ( <i>Regulamentação do nº 8 do art. 123º do CIRC</i> ) [7] .....	801
<b>Portaria nº 326/2017, de 30 de outubro</b> – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados no ano de 2017 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2] .....	254
<b>Decreto-Lei nº 141/2017, de 14 de novembro</b> – Medidas de apoio temporário destinadas aos contribuintes com domicílio fiscal, sede ou estabelecimento nos concelhos afetados pelos incêndios de 15/10/2017 [7] .....	802

Página	Página
<b>Despacho nº 10363-A/2017, de 28 de novembro</b> - Aprova a lista dos concelhos a que se aplica um conjunto de medidas destinadas a apoiar as vítimas dos incêndios de 15/10/2017 – Nota ao art. 1º do DL nº 141/2017, de 14/11 [7] ..... 802	<b>Portaria nº 12/2018, de 10 de janeiro</b> – Prorroga o prazo durante o qual é possível a opção pelo procedimento previsto no DL nº 295/87, de 31/07 ( <i>Taxfree</i> ) – Nota ao art. 9º do DL nº 19/2017, de 14/02 [7] ..... 793
<b>Portaria nº 368/2017, de 11 de dezembro</b> – Define os procedimentos de comunicação à AT da identificação fiscal dos prestadores de serviços de fornecimento de refeições escolares – Nota ao art. 78º-D do CIRS [2.1] ..... 209	<b>Portaria nº 21/2018, de 18 de janeiro</b> – Indexante dos apoios sociais (IAS) para o ano 2018 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 184
<b>Portaria nº 379/2017, de 19 de dezembro</b> – Valor médio de construção para o ano de 2018 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo ..... 405	<b>Portaria nº 23/2018, de 18 de janeiro</b> – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2018 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 184
<b>Decreto-Lei nº 156/2017, de 28 de dezembro</b> – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2018 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo .. 184	<b>Portaria nº 51/2018, de 16 de fevereiro</b> – Altera o conjunto de documentos que integram o <i>dossier</i> fiscal a que se refere o art. 1º da Portaria nº 92-A/2011, de 28/02, e aprova os modelos do mapa a que se refere o art. 12º, nº 1 a), do DL nº 66/2016, de 03/11 – Nota ao art. 130º do CIRC [2.2] ..... 292
<b>Decreto Regulamentar nº 11/2017, de 28 de dezembro</b> – Estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em IRC (período de 2017) – Nota ao art. 28ºC, nº 1, do CIRC [2.2] ..... 247	<b>Lei nº 8/2018, de 2 de março</b> – Cria o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE) – Arts. 27º, 33º, 34º e 35º – Efeitos fiscais, responsabilidade dos administradores judiciais, benefícios emolumentares e disposições transitórias – Nota ao Título XIII do CIRE, DL nº 53/2004, de 18/03 [7] ..... 692
<b>Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro</b> – Art. 21º – Subsídio de refeição Nota ao art. 2º nº 3 b) 2) do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..... 174 – Art. 158º - Mais-valias resultantes de indemnizações por danos causados por incêndios florestais Nota aos arts. 31º do CIRS [2.1] e 86º-B do CIRC [2.2] ..... 192/274 – Art. 178º - Valor das custas processuais (Unidade de conta processual - UC) – Nota ao art. 5º do DL nº 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] – Quadro resumo ..... 66 – Art. 219º - Majoração dos subsídios relativos à utilização de gasóleo colorido e marcado – Nota art. 93º nº 3 c) do CIEC [3.3] ..... 377 – Art. 220º - Subsídio à pequena pesca artesanal e costeira e à pequena aquicultura – Nota ao art. 93º nº 3 b) do CIEC [3.3] ..... 377 – Art. 223º - Interconexão de dados entre a AT e a Direção-Geral das Atividades Económicas Nota ao art. 44º do EBF [5.1] ..... 540 – Art. 228º nº 2 - Evolução do regime simplificado Nota ao art. 31º do CIRS [2.1] ..... 192 – Art. 229º - Medidas transitórias sobre deduções à coleta a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa ao ano de 2017 Nota ao art. 78º do CIRS [2.1] ..... 207 – Art. 234º - Norma transitória no âmbito do CIRC Nota ao art. 70º do CIRC [2.2] ..... 267 – Art. 250º - Consignação da receita ao setor da saúde Nota ao art. 87º-A do CIEC [3.3] ..... 372 – Art. 251º - Disposição transitória em matéria de produtos petrolíferos e energéticos Notas aos arts. 92º e 92º-A do CIEC [3.3] ..... 375/376 – Art. 265º - Norma transitória no âmbito do EBF Nota ao art. 3º do EBF [5.1] ..... 518 – Artigo 266º - Outras disposições no âmbito do EBF nº 1 – Nota ao art. 3º do EBF [5.1] ..... 518 nº 2 – Nota ao art. 62º-B do EBF [5.1] ..... 552 – Artº 279º - Contribuição sobre o sector bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] ..... 497 – Artº 280º - Contribuição extraordinária sobre o sector energético Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9] ..... 500 – Art 281º - Contribuição sobre a indústria farmacêutica Nota ao art. 168º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 [4.10] ..... 507 – Art 282º - Adicional em sede de IUC Nota aos arts. 9º e 10º CIUC [4.5] ..... 471 – Art. 283º - Adicional às taxas do ISP Nota art. 92º do CIEC [3.3] ..... 376 – Art. 290º - Revogação da Portaria nº 345-A/2016, de 30/12 Nota à Portaria nº 150/2004, de 13/02 ( <i>Paraísos fiscais</i> ) [7] ..... 691	<b>Lei Orgânica nº 1/2018, de 19 de abril</b> - Art. 7º - Norma transitória ( <i>Alteração à Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais</i> ) – Nota (1) ao título da Lei nº 19/2003, de 20/06 [7] ..... 682
<b>Decreto-Lei nº 33/2018, de 15 de maio</b> - Art. 101º - Procedimento aplicável aos empréstimos externos ( <i>Contratos de empréstimo “Schuldscheindarlehen” celebrados pelo IGCP</i> ) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] ..... 530	<b>Despacho nº 4943/2018, de 18 de maio (DR, 2ª série)</b> – Aprova a percentagem dos rendimentos brutos da categoria A auferidos pelo desempenho no estrangeiro de funções ou comissões de caráter público ao serviço do Estado Português não sujeita a IRS para cada país – Nota ao art. 2º-A do CIRS [2.1] ..... 175
<b>Decreto-Lei nº 45/2018, de 19 de junho</b> - Art. 16º - Regime transitório aplicável ao incentivo à produção cinematográfica e audiovisual – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1] ..... 546	<b>Portaria nº 195/2018, de 5 de julho</b> - Define o conceito de setor tecnológico para efeitos do incentivo fiscal à aquisição de participações sociais pelos trabalhadores – Nota ao art. 43º-C do EBF [5.1] ..... 538
<b>Lei nº 39/2018, de 8 de agosto</b> - Art. 3º - Disposição transitória, prazo mínimo de antecedência para disponibilização no Portal das Finanças de formulários digitais de IRS e IRC – Nota ao art. 59º da LGT [1.2] ..... 45	<b>Lei nº 43/2018, de 9 de agosto</b> - Art. 2º - Prorrogação no âmbito do EBF – Nota ao art. 3º do EBF [5.1] ..... 518
<b>Lei nº 51/2018, de 16 de agosto</b> – Art. 8º - Norma transitória relativa à participação dos municípios no IVA – Nota art. 26º-A da Lei nº 73/2013 de 03/09 [6.4] ..... 608 – Art. 9º - Norma transitória referente à isenção de IMI dos prédios do património imobiliário público – Nota ao art. 11º do CIMI [4.1] ..... 395	<b>Portaria nº 490/2018, de 28 de setembro</b> – Art. 7º - Regime transitório ( <i>Produção de efeitos da revogação do incentivo fiscal à produção cinematográfica e audiovisual</i> ) – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1] ..... 546
<b>Decreto-Lei nº 81/2018, de 15 de outubro</b> - Criação de equipas de magistrados para recuperação de pendências na jurisdição administrativa e tributária e outras medidas acessórias de caráter extraordinário ( <i>Desistência do pedido com isenção de custas, revisão oficiosa pela AT, “migração” de processos para a arbitragem tributária</i> ) [7] ..... 803	<b>Decreto-Lei nº 87/2018, de 31 de outubro</b> - Art. 3º - Entrada em vigor e produção de efeitos ( <i>Entrega da IES/DA</i> ) – Nota ao art. 2º do DL nº 8/2007, de 17/01 [7] .... 701
<b>Decreto Legislativo Regional nº 1/2018/A, de 3 de janeiro</b> – Arts. 32º e 33º – Deduções à coleta e benefícios fiscais – Nota aos arts. 6º e 9º D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] ..... 580/581	<b>Decreto-Lei nº 92/2018, de 13 de novembro</b> - Regime especial de determinação da matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações, regime fiscal e contributivo aplicável aos tripulantes e registo de navios e embarcações simplificado [7] ..... 805
<b>Aviso nº 235/2018, de 4 de janeiro (DR, 2ª série)</b> – Taxa de juros de mora – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo ..... 42	<b>Portaria nº 330-A/2018, de 20 de dezembro</b> – Valor médio de construção para 2019 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo ..... 405
<b>Despacho nº 382/2018, de 9 de janeiro</b> – Prorroga o prazo da suspensão das execuções fiscais nas áreas ardidadas – Nota ao art. 3º do DL nº 141/2017, de 14/11 [7] ..... 803	<b>Decreto-Lei nº 117/2018, de 27 de dezembro</b> – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2019 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo .. 184

2018

	Página		Página
<b>Decreto Regulamentar nº 13/2018, de 28 de dezembro</b> - Estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em IRC (período de 2018) – Nota ao art. 28º C, nº 1, do CIRC [2.2] .....	247	<b>Lei nº 3/2019, de 9 de janeiro</b> - Arts. 3º, 4º e 5º - Programas de construção para renda acessível, regulamentação, entrada em vigor, aplicação no tempo e produção de efeitos – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1] .....	204
<b>Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro</b>		<b>Portaria nº 24/2019, de 17 de janeiro</b> – Indexante dos apoios sociais (IAS) para o ano 2019 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo .....	184
– Arts. 127º, 134º, 156º, 158º e 160º - Medidas de transparência contributiva, consulta direta em processo executivo e interconexão de dados entre determinadas entidades e a AT – Nota ao art. 64º da LGT [1.2] .....	51	<b>Portaria nº 25/2019, de 17 de janeiro</b> – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2019 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo .....	184
– Art. 182º - Valor das custas processuais (Unidade de conta processual - UC) Nota ao art. 5º do DL nº 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] – Quadro resumo .....	66	<b>Despacho nº 791-A/2019, de 18 de janeiro</b> (DR, 2.ª Série) – Aprova as tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no Continente para o ano de 2019 [7] ..	812
– Art. 250º - Majoração dos subsídios relativos à utilização de gasóleo colorido e marcado – Nota ao art. 93º do CIEC [3.3] .....	377	<b>Portaria nº 31/2019, de 24 de janeiro</b> - Aprova os termos a que deve obedecer o envio da informação empresarial simplificada / declaração anual de informação contabilística e fiscal (IES/DA) – Nota (3) ao Art. 2º do DL nº 8/2007, de 17/01 [7] .....	701
– Art. 251º - Subsídio à pequena pesca artesanal e costeira e à pequena aquicultura – Nota ao art. 93º do CIEC [3.3] .....	377	<b>Despacho nº 977/2019, da Diretora-Geral da AT, publicado em 28/01 (DR, 2ª série)</b> – Define e identifica entidades a acompanhar pela UGC – Nota ao art. 68º-B da LGT [1.2] .....	54
– Art. 259º - Disposição transitória em sede de IRS, regime fiscal aplicável a ex-residentes – Nota ao art. 12º-A do CIRS [2.1] .....	183	<b>Despacho nº 1056/2019, de 30 de janeiro</b> (DR, 2.ª Série) – Aprova as tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na R.A. dos Açores para o ano de 2019 [7] .....	812
– Art. 260º - Medidas transitórias sobre deduções à coleta a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa a 2018 Nota ao art. 78º do CIRS [2.1] .....	207	<b>Despacho nº 37/2019, de 31 de janeiro</b> (JORAM, II Série) – Aprova as tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na R.A. da Madeira para o ano de 2019 [7] .....	812
– Art. 261º - Medidas transitórias sobre despesas e encargos relacionados com a atividade empresarial ou profissional de sujeitos passivos de IRS a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa ao ano de 2018 Nota ao art. 31º do CIRS [2.1] .....	192	<b>Lei nº 9/2019, de 1 de fevereiro</b> - Art. 3º - Aplicação no tempo do direito a juros indemnizatórios em caso de pagamento indevido de prestações tributárias fundado em normas inconstitucionais ou ilegais – Nota ao art. 43º da LGT [1.2] .....	41
– Art. 264º - Disposição transitória em sede de IRC Nota ao art. 70º do CIRC [2.2] .....	267	<b>Decreto Regulamentar nº 1/2019, de 4 de fevereiro</b> – Fixa o universo dos sujeitos passivos de IRS abrangidos pela declaração automática de rendimentos – Nota ao art. 58º-A do CIRS [2.1] .....	199
– Art. 268º - Outras disposições em matéria de IRC Nota ao art. 106º do CIRC [2.2] .....	284	<b>Lei nº 17/2019, de 14 de fevereiro</b> - Comunicação obrigatória de informações financeiras - Arts. 7º e 8º - Disposição transitória, entrada em vigor e produção de efeitos – Nota ao art. 119º-B do RGIT [1.4] .....	129
– Art. 282º - Consignação da receita ao setor da saúde Nota ao art. 87º-A do CIEC [3.3] .....	371	<b>Tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal (IRS, IRC e impostos de natureza idêntica ou similar)</b> – Lista de países, diplomas de aprovação, avisos de troca dos instrumentos de ratificação e taxas reduzidas sobre dividendos, juros e royalties (Atualizada a 14/02/2019) [7] .....	819
– Art. 283º - Disposição transitória em matéria de produtos petrolíferos e energéticos utilizados na produção de eletricidade, eletricidade e calor ou gás de cidade – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3] .....	375	<b>Decreto-Lei nº 28/2019, de 15 de fevereiro</b> – Regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes bem como das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA .....	824
– Art. 285º - Disposições transitórias em matéria de ISV Nota ao art. 7º do CISV [4.4] .....	453		
– Art. 288º - Valor patrimonial tributário de prédios urbanos afetos a atividade pecuária, agrícola ou de aquicultura Nota ao art. 38º do CIMI [4.1] .....	399		
– Art. 290º - Disposições transitórias em matéria de IUC Nota ao art. 10º do CIUC [4.5] .....	471		
– Art. 294º nº 1 – Outras disposições no âmbito do EBF Nota ao art. 62º-B do EBF [5.1] .....	552		
– Art. 295º nº 2 - Norma transitória, informação do Banco de Portugal para a AT – Nota (6) ao art. 63º-A da LGT [1.2] .....	48		
– Art. 299º - Norma revogatória no âmbito do RGIT Nota ao art. 117º do RGIT [1.4] .....	128		
– Art. 303º - Regimes excecionais de regularização tributária (RERT) Nota (7) ao art. 63º-A da LGT [1.2] .....	48		
– Art. 308º - Adicional em sede de IUC – Nota ao art. 10º do CIUC [4.5] .....	471		
– Art. 309º - Adicional às taxas do ISP Nota ao art. 92º e 92º-A do CIEC [3.3] .....	375/376		
– Art. 311º - Contribuição sobre o sector bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8] .....	497		
– Art. 312º - Contribuição sobre a indústria farmacêutica Nota ao art. 168º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 [4.10] .....	507		
– Art. 313º - Contribuição extraordinária sobre o setor energético Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9] .....	500		
– Art. 315º - Outras disposições de caráter fiscal no âmbito do imposto sobre o rendimento – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] .....	530		
<b>Taxas de derrama por município</b> – Junto à Lei nº 73/2013, de 03/09 – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais [6.4] .....	610		
<b>Participação variável no IRS por município</b> – Junto à Lei nº 73/2013, de 03/09 – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais [6.4] ....	613		
<b>Taxas de IMI para prédios urbanos por município</b> – Junto à Lei nº 73/2013, de 03/09 – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais [6.4] ....	615		
<b>2019</b>			
<b>Aviso nº 212/2019, de 4 de janeiro (DR, 2.ª série)</b> – Taxa de juro de mora para o ano de 2019 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo .....	42		
<b>Decreto Legislativo Regional nº 1/2019/A, de 7 de janeiro</b> – Arts. 34º e 35º - Deduções à coleta e benefícios Fiscais – Nota aos arts. 6º e 9º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] .....	580		